



Pró-Reitoria de
Graduação



**“Aseguramiento de la Calidad: políticas públicas y gestión
universitária”**

**Projecto ALFA
Nro. DCI-ALA/2008/42**

**Informe BRASIL
(2004 – 2007)**

**Coordenadora Institucional
Maria Amélia de Campos Oliveira**

**Pesquisadores
Valéria Virgínia Lopesⁱ
João Galvão Bacchettoⁱⁱ**

Universidade de São Paulo

Reitora

Suely Vilela

Vice-Reitor

Franco Maria Lajolo

Pró-Reitora de Graduação

Selma Garrido Pimenta

Pró-Reitor de Cultura e Extensão Universitária

Rui Alberto Altafim

Pró-Reitora de Pesquisa

Mayana Zatz

Pró-Reitor de Pós-graduação

Armando Corbani Ferraz

Pró-Reitoria de Graduação

Pró-Reitora

Profa. Dra. Selma Garrido Pimenta

Pró-Reitores Substitutos

Prof. Dr. Quirino Augusto de Camargo Carmello

1º substituto

2º substituta

Profa. Dra. Maria Amélia de Campos Oliveira

Assessoria

Profa. Dra. Maria Amélia de Campos Oliveira

Profa. Dra. Maria Isabel de Almeida

Assistência Técnica de Direção

Prof. Dr. Mauricio dos Santos Matos

Coordenação do Núcleo de Apoio aos Estudos de Graduação

Prof. Dr. Dorival Leão Pinto Jr.

Chefia de Expediente

Angelina Martha Chopard Gerhard

Diretoria Administrativa

Débora de Oliveira Martinez

Diretoria Acadêmica

Cássia de Souza Lopes Sampaio

Informações:

Pró-Reitoria de Graduação - Universidade de São Paulo

Rua da Reitoria, 109 – Térreo Telefone: (11) 3091-3290 - Fax: (11) 3812-9562

E-mail: prg@usp.br - Site: <http://www.usp.br/prg/>

SUMÁRIO

Apresentação	6
1. Dados gerais do Brasil e seu sistema de Educação	7
2. Instituições de Educação Superior	12
2.1. Estrutura institucional da Educação Superior	12
2.2. Acesso à Educação Superior	23
2.3. Resultados da Educação Superior	31
2.4. Financiamento	36
3. Sistema de acreditação ou garantia da qualidade	38
3.1. Evolução histórica dos processos de acreditação ou garantia da qualidade	38
3.2. Caracterização do esquema nacional vigente de acreditação ou garantia da qualidade	39
3.3. Propósitos dos processos de acreditação ou garantia da qualidade	41
3.4. Normativa, funções, procedimentos e práticas das instâncias responsáveis pela acreditação ou garantia da qualidade	41
3.5. Vinculação com mecanismos internacionais de acreditação ou garantia da qualidade	46
4. Análises	47

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 – Produto Interno Bruto e Renda per capita. Brasil (2004-2007)	7
Tabela 2- Distribuição do rendimento mensal familiar per capita das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento de trabalho, entre os 10% mais pobres, em relação ao total de pessoas, por cor ou raça (%) (2007)	8
Tabela 3- Distribuição do rendimento mensal familiar per capita das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento de trabalho, entre o 1% mais rico, em relação ao total de pessoas, por cor ou raça (%) (2007)	8
Tabela 4: Rendimentos das pessoas de referência dos arranjos familiares, por sexo (2007)	8
Tabela 5 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%) (2007)	9
Tabela 6: Taxas de matrícula por grau de ensino (2007)	11
Tabela 7: Taxas de Escolarização na Educação Superior	11
Tabela 8: Número total de instituições de educação superior e sua evolução durante o período 2004-2007	12
Tabela 9: Número de Instituições de Educação Superior segundo dependência administrativa (públicas e privadas)	13
Tabela 10: Instituições de Educação Superior segundo dependência administrativa e organização acadêmica (universitárias e não universitárias).	13
Tabela 11: Crescimento do número de instituições na Educação Superior, por organização acadêmica 2004-2007	14
Tabela 12: Crescimento da oferta de cursos/programas na Educação Superior, 2000-2007	15
Tabela 13: Oferta de cursos de graduação à distância	15
Tabela 14: Área geral dos cursos de graduação à distância	16
Tabela 15: Docentes por regime de trabalho	20
Tabela 16: Docentes por regime de trabalho e organização acadêmica	20
Tabela 17: Docentes segundo regime de trabalho e categoria administrativa da IES	21
Tabela 18: Docentes segundo titulação e taxa de crescimento no período 2004 a 2007	21
Tabela 19: Docentes por titulação e categoria administrativa	22
Tabela 20: Distribuição dos docentes por titulação e categoria administrativa da instituição	22
Tabela 21: Matrícula no Ensino Superior presencial segundo dependência administrativa (pública e privada)	23
Tabela 22: Matrícula no Ensino Superior presencial segundo sua organização acadêmica	24
Tabela 23: Matrícula no Ensino Superior presencial, segundo sua organização acadêmica, por sexo	24

Tabela 24: Matrícula no Ensino Superior presencial, segundo sua organização acadêmica, por sexo	24
Tabela 25: Matrícula por Turno em cursos presenciais	25
Tabela 26: Tipo de instituição, por matrícula em cursos presenciais (universitária e não universitária)	25
Tabela 27: Áreas gerais e áreas detalhadas dos cursos de Educação Superior	26
Tabela 28: Cursos presenciais segundo áreas gerais da Educação Superior .	27
Tabela 29: Matrícula por área geral de curso de graduação presencial oferecido	27
Tabela 30: Educação Superior – Vagas oferecidas, Ingressos, Matrículas e Concluintes (2004 a 2007)	29
Tabela 31: Políticas e Procedimentos de Acesso.....	29
Tabela 32: Inscritos no ENEM por ano de realização.....	30
Tabela 33: Bolsas de estudos – PROUNI	31
Tabela 34: Concluintes em cursos presenciais, por dependência administrativa (pública e privada)	32
Tabela 35: Concluintes em cursos presenciais por organização acadêmica ...	32
Tabela 36: Concluintes por Áreas, em cursos presenciais	32
Tabela 37: Número de cursos de pós-graduação existentes segundo ano e categoria administrativa (2004 a 2008)	33
Tabela 38: Evolução das bolsas de estudo Capes	34
Tabela 39: Evolução do número de alunos titulados na pós-graduação.....	34
Tabela 40: Perfil dos depósitos segundo a classificação internacional de Patentes no ano de 2004	35
Tabela 41: Recursos governamentais destinados as IFES, grandes blocos de despesa, excluindo-se os recursos próprios. (Valores em milhares de reais) .	37
Tabela 42: Quantificação de recursos próprios obtidos pelas IFES (Valores em milhares de reais)	37
Tabela 43: Modalidade de destinação de recursos através do REUNI - previsão (valores em milhares de reais)	37

Apresentação

Apresenta-se aqui o relatório técnico **Informe Brasileiro sobre a Educação Superior**, no marco do *Proyecto Aseguramiento de la Calidad: políticas públicas y gestión universitaria*, da CINDA.

As informações coletadas correspondem aos anos 2004, 2005, 2006 e 2007, uma vez que os dados referentes ao ano de 2008 ainda não estão disponíveis para consulta.

Especificamente para a Educação Superior, o Censo realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), está em fase de coleta de dados. Assim, foram utilizados dados coletados e tratados pelo INEP, por meio de pesquisa censitária.

Os dados referentes à Educação Básica e ao panorama mais geral do país são os disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio de pesquisa amostral. Encontraram-se inconsistências entre essas duas bases de dados, em relação aos números do Ensino Superior. Optou-se, então, por privilegiar o INEP como fonte das informações educacionais.

Na primeira parte deste relatório, discorre-se brevemente sobre a situação do Brasil e da educação nacional, visando delinear o cenário mais amplo onde se inserem as questões da Educação Superior. A seguir, trata-se de detalhar, nos limites deste documento, a situação do ensino superior. No terceiro item do documento, encontram-se descritas as iniciativas de acreditação ou garantia da qualidade para a Educação Superior no Brasil. Por último, são realizadas breves apreciações e indicações que os levantamentos permitiram.

Espera-se que o presente Informe contribua para a elaboração das próximas etapas do Projeto e carregue pistas para a proposição de ações na direção da melhoria da qualidade de oferta da Educação Superior nos países investigados.

1. Dados gerais do Brasil e seu sistema de Educação

1.1. Panorama econômico e social

O Brasil está organizado como uma república federativa, composta por 26 estados, Distrito Federal e 5.564 municípios, e é governado por regime democrático e presidencialista.

Até 2008, a economia brasileira encontrava-se em relativa estabilidade. O redesenho de forças no âmbito internacional em que os países asiáticos, sobretudo a China, contribuem para o PIB mundial nos mesmos patamares que Estados Unidos e União Européia, associado ao conjunto de iniciativas econômicas (estabilidade de preços, responsabilidade fiscal e abertura comercial) desencadeadas desde meados dos 1990, conduziram a economia brasileira à situação atual: os ativos brasileiros em moeda estrangeira superam a dívida externa.

O país possui uma das maiores economias do mundo, sendo que, no ranking mundial, sua posição variou, nos últimos anos, entre a 8ª e a 11ª. O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e a renda per capita nacional cresceram, nos anos pesquisados, conforme registrado na tabela a seguir.

Tabela 1 – Produto Interno Bruto e Renda per capita. Brasil (2004-2007)

Ano	PIB (1.000.000 R\$)	PIB ¹ (US\$)	Crescimento (%)	Per capita (R\$)	Renda Per Capita (US\$)	Crescimento (%)
2004	1.941.498	731.426	100	10.692	4.028	100
2005	2.147.239	917.349	111	11.658	4.981	109
2006	2.369.797	1.093.483	122	12.688	5.855	119
2007	2.597.611	1.466.500	134	13.720	7.746	128
Total de Crescimento		33,8			28,3	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Contas Nacionais.

Embora, desde 2007, figure entre os países de desenvolvimento humano elevado, está entre os 11 com mais alto Índice de Gini² (57,0), dentre os 177 países consultados para a elaboração do Relatório de Desenvolvimento Humano 2007-2008, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

¹ Para a conversão da moeda foram utilizadas as taxas oficiais do Banco Central do Brasil relativas ao último dia de cada ano, sendo R\$2,6554 (2004); R\$2,3407 (2005); R\$2,1672 (2006) e R\$1,7713 (2007).

² Índice de GINI - Mede a disparidade de distribuição (ou consumo) de rendimentos entre os diversos indivíduos ou agregados familiares num determinado país. A curva de Lorenz marca a percentagem total de acumulação de rendimentos distribuídos relativamente ao número de beneficiários, começando pelos indivíduos ou agregados familiares mais pobres. O índice de GINI mede a área entre a curva de Lorenz e a hipotética linha de igualdade absoluta, representada como percentagem da área máxima abaixo da linha. O valor 0 representa absoluta igualdade, ao passo que o valor 100 representa absoluta desigualdade. (Nota extraída do Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008).

Em 2004, os 10% mais pobres, no Brasil, detinham a parcela de 0,9 do rendimento nacional; os 20% mais pobres, 2,8; os 20% mais ricos, 61,1; e os 10% mais ricos, 44,8³.

Além dessa desigualdade profunda entre pobres e ricos, no Brasil, os acessos passam, também, pelo filtro racial. As tabelas a seguir informam sobre a distribuição de rendimentos entre a população branca e a população preta ou parda (conforme classificação adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE). Destaca-se que a população branca corresponde a 49,4% e a população preta e parda, a 49,7% do total da população brasileira que, em 2007, foi estimada em 189.820.000⁴.

Tabela 2- Distribuição do rendimento mensal familiar per capita das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento de trabalho, entre os 10% mais pobres, em relação ao total de pessoas, por cor ou raça (%) (2007)

Branca	Preta ou parda
25,4	74,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Tabela 3- Distribuição do rendimento mensal familiar per capita das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento de trabalho, entre o 1% mais rico, em relação ao total de pessoas, por cor ou raça (%) (2007)

Branca	Preta ou parda
86,2	12,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

As diferenciações também se dão entre homens e mulheres. Em 2007, a média de anos de estudo entre as mulheres com mais de 15 anos era de 7,4; enquanto a média entre os homens era de 7,1. Embora mais escolarizadas do que os homens, as mulheres recebem salários mais baixos, conforme se verifica na tabela a seguir.

Tabela 4: Rendimentos das pessoas de referência dos arranjos familiares, por sexo (2007)

Homens		Mulheres	
Proporção por classes de rendimento mensal familiar per capita (salário mínimo) (%)		Proporção por classes de rendimento mensal familiar per capita (salário mínimo) (%)	
Até 1/2	2 ou mais	Até 1/2	2 ou mais
25,8	21,1	29,2	19,1

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Trata-se de um contexto bastante complexo que, para efeitos do que interessa registrar neste informe, indica o predomínio das desigualdades para uma população imensa, distribuída num imenso território.

³ Informação do Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008. Os dados referem-se a parcelas de rendimento por percentis de população, ordenadas por rendimento per capita.

⁴ IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

1.2. Panorama da Educação no Brasil

Para a melhor compreensão da situação da Educação Superior no Brasil, faz-se necessária a apresentação de um breve panorama do ensino nas etapas anteriores.

Bastaria dizer que, somente nos anos 1990 o Ensino Fundamental (dirigido às crianças entre 6 e 14 anos⁵) chegou perto da universalização, com taxas superiores a 90%⁶, embora essa etapa da escolarização básica seja considerada obrigatória e direito público subjetivo na Constituição Federal do Brasil (CF. 1988, art. 208, parágrafos 1 e 2). No Ensino Médio, ainda não se atingiu patamar líquido superior a 50%.

O atendimento educacional no Brasil é profundamente desigual. Ainda, é preciso considerar que, além dessa marca histórica, têm-se as mudanças na ordem econômica, social, política e cultural que vêm se processando desde finais dos 1980 e que se traduzem num modelo gerencial de recuo na efetivação dos mecanismos de proteção social e de estímulo às iniciativas privadas.

Para exemplificar a diversidade e desigualdade no acesso à escolarização no Brasil, registra-se na tabela a seguir, a distribuição das taxas de analfabetismo entre a população autoidentificada como branca, preta e parda, por região do país⁷.

Tabela 5 – Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais de idade (%) (2007)

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Total	Cor ou raça		
		Branca	Preta	Parda
Brasil	10,0	6,1	14,3	14,1
Norte	10,8	7,5	14,7	11,7
Nordeste	19,9	15,3	23,1	21,7
Sudeste	5,7	4,1	9,4	7,9
Sul	5,4	4,4	9,9	9,4
Centro-Oeste	8,1	5,4	14,5	9,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

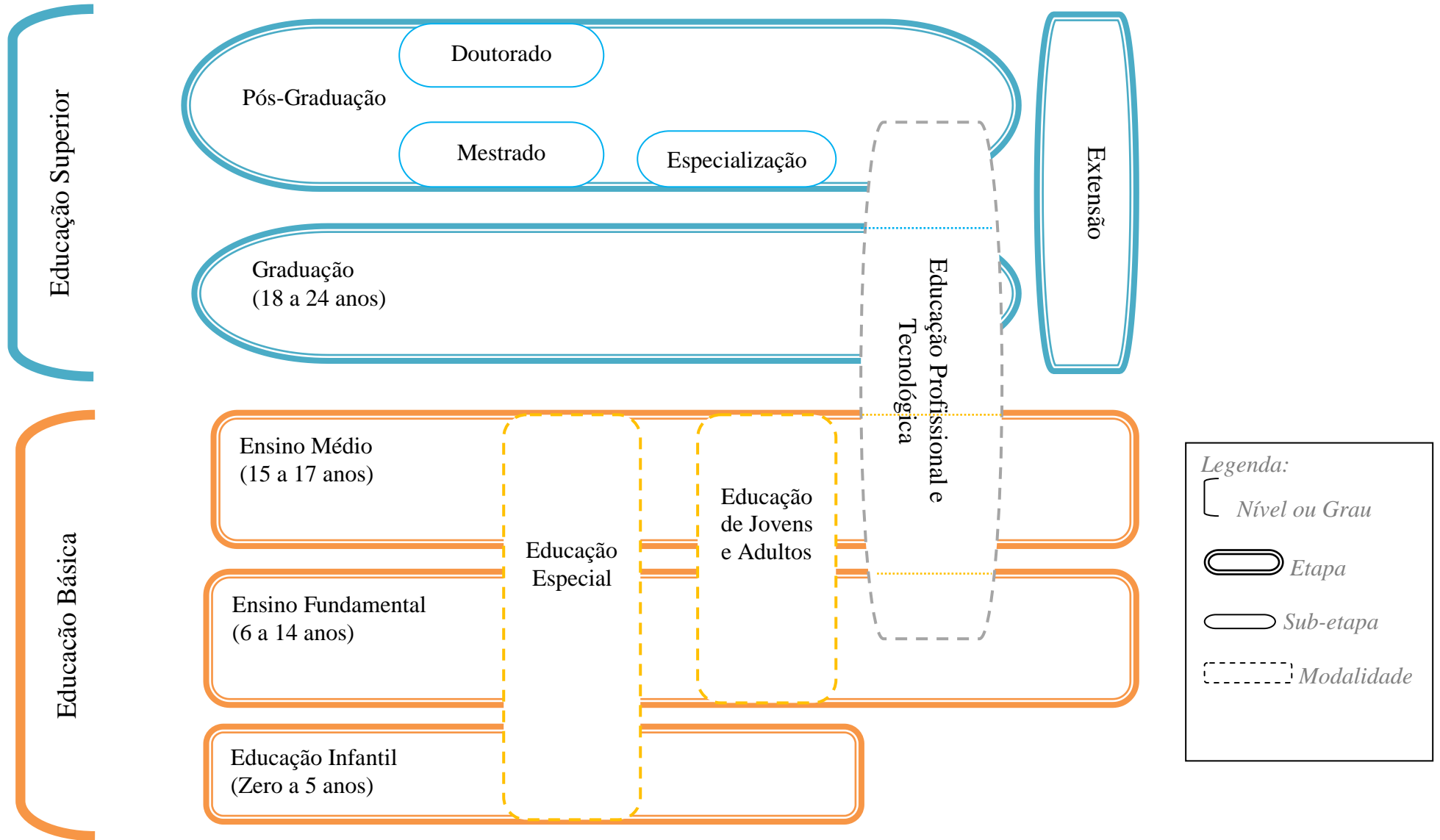
No Brasil, o Sistema de Educação apresenta-se subdividido entre níveis, etapas e modalidades de ensino e entre as competências e responsabilidades de cada entidade federativa. O gráfico a seguir registra a organização do ensino no país.

⁵ LEI Nº 11.274, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2006, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.

⁶ A taxa de atendimento para a população de 7 a 14 anos, em 1991, era de 89%, segundo informações do INEP/MEC. Em 1994, esse índice era de 92,7% e, em 2000, atingiu 96,4%. In: www.edudatabrasil.inep.gov.br.

⁷ Norte e Nordeste são as regiões mais pobres do país e Sul e Sudeste, as mais ricas.

Organograma 1 - Organização do Sistema Brasileiro de Educação



Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), à União cabe “a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais”. Os estados atendem prioritariamente o Ensino Médio e, em colaboração com os municípios, o Ensino Fundamental. Os municípios têm como prioridade a oferta do Ensino Fundamental, sendo sua incumbência, também a Educação Infantil. Cada uma das esferas de governo incumbe-se da oferta do ensino nas unidades educativas de seu âmbito administrativo, ficando o Ensino Superior Público, quase todo, sob a incumbência da União.

O Ensino Fundamental, por ser etapa obrigatória da Educação Básica, concentra o atendimento educacional, como se pode verificar na tabela a seguir:

Tabela 6: Taxas de matrícula por grau de ensino (2007)

Grau freqüentado	Idade (anos)	Taxa líquida	Taxa Bruta
Educação Infantil	0 a 5	34,0%	37,5%
Ensino Fundamental	6 a 14	96,3%	108,4%
Ensino Médio	15 a 17	48,0%	91,1%
Educação Superior	18 a 24	13,1%	25,7%

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

O percentual de alunos atendidos no Ensino Médio é bastante reduzido e sua expansão deu-se entre finais dos anos 1990 e início dos anos 2000.

Com uma movimentação afunilada, piramidal, a educação no Brasil produz e reproduz as desigualdades econômicas e sociais. A média de anos de estudo entre brancos, no ano de 2007, foi de 8,1; entre pretos, 6,4; e entre pardos, de 6,3 anos. A distribuição percentual por cor ou raça das pessoas com 15 anos ou mais de estudo é: 77,6% de brancos; 3,5% de pretos; e 17,2% de pardos⁸.

A baixa cobertura da escolarização básica resulta numa expansão ainda mais tardia da Educação Superior. Na tabela a seguir, registram-se as taxas de escolarização da Educação Superior.

Tabela 7: Taxas de Escolarização na Educação Superior

	Pop 18 a 24 anos	Matrícula total	Taxa Bruta	Matrícula 18 a 24 anos	Taxa líquida
2004	24.072.318	4.484.706	18,6	2.522.755	10,5
2005	24.433.563	4.873.878	19,9	2.738.789	11,2
2006	24.285.150	5.496.440	22,6	3.049.719	12,6
2007	23.845.483	5.794.127	24,3	3.119.478	13,1

Fonte: IBGE/PNAD, 2004-2007

⁸ Dados apresentados pelo IBGE, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2007.

Ainda é necessário destacar a frágil formação de professores para a Educação Básica, no Brasil, em razão do ciclo de deficiências que se apresenta em todo o sistema educacional.

2. Instituições de Educação Superior

2.1. Estrutura institucional da Educação Superior

A expansão da Educação Superior no Brasil é bastante recente. Em 2000, eram 1.180 instituições oferecendo 10.585 cursos, sendo 4.021 em instituições públicas e 6.564 em instituições privadas⁹. O número de instituições quase dobrou até 2007. Destaca-se que esse crescimento ocorreu com maior intensidade nos primeiros anos da década.

A legislação educacional brasileira define que as instituições de ensino superior podem ser de duas categorias administrativas: públicas ou privadas. O setor público congrega instituições mantidas pelos governos federal, estaduais e municipais; o setor privado tem suas instituições distribuídas entre as particulares de sentido estrito, as comunitárias, as confessionais e as filantrópicas.

Tabela 8: Número total de instituições de educação superior e sua evolução durante o período 2004-2007

	Número total de instituições	Taxa de crescimento
2004	2.013	-
2005	2.165	7,6%
2006	2.270	4,8%
2007	2.281	0,5%

Fonte: INEP/MEC - Censo da Educação Superior (2004-2007).

Essa expansão ancorou-se, sobretudo na iniciativa privada, no contexto do arranjo econômico implementado nos anos 1990: ajuste e redução do investimento do Estado.

Em 2000, as instituições de Educação Superior mantidas exclusivamente pelo setor público abrangiam 17,5% do total da oferta, enquanto a oferta privada era de 82,5%. Em 2007, esses percentuais foram de 10,9% e de 89,1%, respectivamente. A tabela a seguir registra o número de instituições no período observado.

⁹ INEP/MEC, Censo do Ensino Superior 2000.

Tabela 9: Número de Instituições de Educação Superior segundo dependência administrativa (públicas e privadas)

	Pública	%	Tx. Cresc.	Privada	%	Tx. Cresc.
2004	224	11,1	-	1.789	88,9	-
2005	231	10,7	3,1%	1.934	89,3	8,1%
2006	248	10,9	7,4%	2.022	89,1	4,6%
2007	249	10,9	0,4%	2.032	89,1	0,5%

Fonte: INEP/MEC - Censo da Educação Superior (2004-2007).

Apesar do menor número de instituições, o setor público concentra uma maior proporção de universidades que o setor privado, pois é neste tipo organização acadêmica que se ancora a sua expansão. No setor privado o número de universidades ficou praticamente estagnado no período de 2004 a 2007, como se verá na tabela a seguir.

Tabela 10: Instituições de Educação Superior segundo dependência administrativa e organização acadêmica (universitárias e não universitárias).

		2004	2005	2006	2007	Cresc.
Públicas	Universitárias	83	90	92	96	15,70%
	Não Universitárias	141	141	156	153	8,50%
Privadas	Universitárias	86	86	86	87	1,20%
	Não Universitárias	1.703	1.848	1.936	1.945	14,20%
Total	Universitárias	169	176	178	183	8,30%
	Não Universitárias	1.844	1.989	2.092	2.098	13,80%
Total de instituições		2.013	2.165	2.270	2.281	13,30%

Fonte: INEP/MEC - Censo da Educação Superior (2004-2007).

As instituições não universitárias se dividem entre Centros Universitários e Tecnológicos e Faculdades Integradas ou Isoladas, sendo classificadas conforme sua complexidade organizacional e “padrão satisfatório de qualidade” (Decreto Federal 5773 de 09, de maio, 2006. Art. 13, parágrafo 2).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, flexibilizou as formas de organização das instituições de ensino superior, permitindo a criação de Centros Universitários e Tecnológicos e, ainda, de novas modalidades de oferta, como o ensino à distância e cursos sequenciais de curta duração. Essas iniciativas visaram acolher a demanda por escolarização superior de parcelas da população até então excluídas e dar acesso à continuidade dos estudos para os que concluem a escolarização básica, uma vez que várias políticas de regularização e aceleração do fluxo escolar na Educação Básica foram implantadas nos anos 1990.

O crescimento do número de instituições na Educação Superior se deu como registrado na tabela a seguir.

Tabela 11: Crescimento do número de instituições na Educação Superior, por organização acadêmica 2004-2007

Ano	Total	Cresc. (%)	Universidade	Cresc. (%)	Centro Universitário	Cresc. (%)	Faculdade Integrada	Cresc. (%)	Faculd. Escolas e Institutos	Cresc. (%)	Centro Educ. Tecnológica	Cresc. (%)
2004	2.013	-	169	-	107	-	119	-	1.474		144	
2005	2.165	7,6	176	4,1	114	6,5	117	-1,7	1.574	6,8	184	27,8
2006	2.270	4,8	178	1,1	119	4,4	116	-0,9	1.649	4,8	208	13,0
2007	2.281	0,5	183	2,8	120	0,8	126	8,6	1.648	-0,1	204	-1,9

Fonte: INEP/MEC - Censo da Educação Superior (2004-2007).

Tal como as universidades, os centros universitários e tecnológicos possuem autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas, bem como remanejar ou ampliar vagas nos cursos existentes. Contudo, enquanto das universidades é exigida a oferta regular de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, com programas de mestrado e doutorado, avaliados positivamente pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para os centros universitários não existem essas exigências. Nas palavras do MEC:

As universidades se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. São instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral¹⁰.

Assim, a produção científica e sua disseminação, bem como a qualidade do corpo docente, na maioria das instituições de ensino superior, não está assegurada. Ao contrário, esta tem sido uma das principais críticas de pesquisadores e estudiosos da Educação Superior ao modelo de expansão vivido no Brasil, além de sua privatização.

Com menores exigências e menores custos, os cursos nas instituições não universitárias vêm crescendo de modo acelerado.

¹⁰ In: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=117:qual-a-diferenca-entre-os-atos-autorizativos-credenciamento-autorizacao-e-reconhecimento&catid=127:educacao-superior

Optou-se por apresentar o crescimento da oferta de cursos ou programas desde 2000, para destacar que, embora a expansão tenha se dado em todas as instituições, esta ocorreu, principalmente, nos centros universitários e tecnológicos e nas faculdades isoladas, até 2004, conforme a tabela a seguir.

Tabela 12: Crescimento da oferta de cursos/programas na Educação Superior, 2000-2007

Ano	Total	Cresc. (%)	Universidade	Cresc. (%)	Centro Universitário	Cresc. (%)	Faculdade Integrada	Cresc. (%)	Faculdades, Escolas, Institutos	Cresc. (%)	Centro Educ Tecnológica	Cresc. (%)
2000	10.585		6.823		870		590		2.193		104	
2001	12.155	14,8	7.466	9,4	1.163	33,7	668	13,2	2.635	20,2	183	76,0
2002	14.399	18,5	8.486	13,7	1.413	21,5	738	10,5	3.213	21,9	373	103,8
2003	16.453	14,3	9.396	10,7	1.618	14,5	878	19,0	3.706	15,3	495	32,7
2004	18.644	13,3	10.475	11,5	2.134	31,9	864	-1,6	4.413	19,1	758	53,1
2005	20.407	9,5	10.892	4,0	2.542	19,1	926	7,2	5.166	17,1	881	16,2
2006	22.101	8,3	11.552	6,1	2.717	6,9	966	4,3	5.907	14,3	959	8,9
2007	23.488	6,3	11.936	3,3	2.880	6,0	1.138	17,8	6.514	10,3	1.020	6,4

Fonte: INEP/MEC - Censo da Educação Superior (2000-2007).

Verifica-se, ainda, na tabela acima, que o crescimento da oferta de curso desacelerou nos últimos anos, principalmente porque universidades e centros universitários e tecnológicos frearam sua expansão.

A oferta diversificada de acessos ao ensino superior trouxe a recente difusão de cursos à distância. Em 2007, foram oferecidos 408 cursos em 381 diferentes instituições, conforme tabela abaixo.

Tabela 13: Oferta de cursos de graduação à distância

Instituições	Cursos	Vagas Oferecidas	Candidatos Inscritos	Ingressos por Processos Seletivos	Outras formas de Ingressos	Concluintes
381	408	1.541.070	537.959	302.525	26.746	29.812

Fonte: INEP/MEC - Censo da Educação Superior (2004-2007).

O curso mais oferecido foi o de Educação. Isso pode ser explicado pela determinação constante na LDB de que os docentes das escolas de Educação Básica, até 2007, deveriam possuir diplomas de nível superior. Essa determinação impulsionou a procura por Educação Superior entre esses docentes e os cursos à distância se caracterizam como uma alternativa importante; diante das dificuldades que os profissionais desse nível da escolarização têm, uma vez que, muitos professores visando alcançar uma remuneração satisfatória, realizam jornadas duplas de trabalho. A tabela a seguir registra o número de cursos à distância, por grandes áreas.

Tabela 14: Área geral dos cursos de graduação à distância

Área geral	Cursos
Educação	208
Ciências sociais, negócios e direito	149
Ciências, matemática e computação	14
Serviços	11
Humanidades e artes	9
Saúde e bem estar social	7
Agricultura e veterinária	6
Engenharia, produção e construção	4
Total geral	408

Fonte: INEP/MEC - Censo da Educação Superior (2004-2007).

O credenciamento de novas instituições federais e particulares e a autorização de novos cursos são homologados pelo Ministro de Estado da Educação. As deliberações sobre os credenciamentos e autorizações são competência do Conselho Nacional de Educação (CNE), a partir de instruções e decisões da Secretaria de Educação Superior, para todas as instituições e cursos; da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, para instituições e cursos de educação tecnológica; e da Secretaria de Educação a Distância, para instituições e cursos, “no que se refere às tecnologias e processos próprios da educação a distância” (Decreto Nº 5.773, de 9 de maio de 2006).

As instituições de ensino superior mantidas por estados e municípios são credenciadas e seus cursos autorizados e reconhecidos pelos Conselhos Estaduais de Educação. Como definido na LDB, cabe aos estados: “IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino” (LDB 9394/96, art. 10).

O primeiro passo, para que uma instituição de ensino superior possa funcionar é a solicitação de autorização para realização de curso. Essa autorização é concedida após análise da proposta e avaliação *in loco* das condições de funcionamento do curso proposto.

Para autorização de novo curso em instituição credenciada, são verificadas as condições de funcionamento exigidas pelo novo curso. Os procedimentos e documentação exigidos estão estabelecidos pelo Decreto Nº 5.773, de 09 de maio de 2006, conforme segue:

Art. 14 São fases do processo de credenciamento:

I - protocolo do pedido junto à Secretaria competente, instruído conforme disposto nos arts. 15 e 16;

II - análise documental pela Secretaria competente;

III - avaliação in loco pelo INEP;

IV - parecer da Secretaria competente;

V - deliberação pelo CNE; e

VI - homologação do parecer do CNE pelo Ministro de Estado da Educação.

Art. 15. O pedido de credenciamento deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - da mantenedora:

- a) atos constitutivos, devidamente registrados no órgão competente, que atestem sua existência e capacidade jurídica, na forma da legislação civil;*
- b) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF;*
- c) comprovante de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, quando for o caso;*
- d) certidões de regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal;*
- e) certidões de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;*
- f) demonstração de patrimônio para manter a instituição;*
- g) para as entidades sem fins lucrativos, demonstração de aplicação dos seus excedentes financeiros para os fins da instituição mantida; não remuneração ou concessão de vantagens ou benefícios a seus instituidores, dirigentes, sócios, conselheiros, ou equivalentes e, em caso de encerramento de suas atividades, destinação de seu patrimônio a outra instituição congênere ou ao Poder Público, promovendo, se necessário, a alteração estatutária correspondente; e*
- h) para as entidades com fins lucrativos, apresentação de demonstrações financeiras atestadas por profissionais competentes;*

II - da instituição de educação superior:

- a) comprovante de recolhimento da taxa de avaliação in loco, prevista na Lei no 10.870, de 19 de maio de 2004;*
- b) plano de desenvolvimento institucional;*
- c) regimento ou estatuto; e*
- d) identificação dos integrantes do corpo dirigente, destacando a experiência acadêmica e administrativa de cada um.*

Art. 16. O plano de desenvolvimento institucional deverá conter, pelo menos, os seguintes elementos:

I - missão, objetivos e metas da instituição, em sua área de atuação, bem como seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso;

II - projeto pedagógico da instituição;

III - cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos, especificando-se a programação de abertura de cursos, aumento de vagas, ampliação das instalações físicas e, quando for o caso, a previsão de abertura dos cursos fora de sede;

IV - organização didático-pedagógica da instituição, com a indicação de número de turmas previstas por curso, número de alunos por turma, locais e turnos de funcionamento e eventuais inovações consideradas significativas, especialmente quanto a flexibilidade dos componentes curriculares, oportunidades diferenciadas de integralização do curso, atividades práticas e estágios, desenvolvimento de materiais pedagógicos e incorporação de avanços tecnológicos;

V - perfil do corpo docente, indicando requisitos de titulação, experiência no magistério superior e experiência profissional não-acadêmica, bem como os critérios de seleção e contratação, a existência de plano de carreira, o regime de trabalho e os procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro;

VI - organização administrativa da instituição, identificando as formas de participação dos professores e alunos nos órgãos colegiados responsáveis pela condução dos assuntos acadêmicos e os procedimentos de auto-avaliação institucional e de atendimento aos alunos;

VII - infra-estrutura física e instalações acadêmicas, especificando:

a) com relação à biblioteca: acervo de livros, periódicos acadêmicos e científicos e assinaturas de revistas e jornais, obras clássicas, dicionários e enciclopédias, formas de atualização e expansão, identificado sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos; vídeos, DVD, CD, CD-ROMS e assinaturas eletrônicas; espaço físico para estudos e horário de funcionamento, pessoal técnico administrativo e serviços oferecidos;

b) com relação aos laboratórios: instalações e equipamentos existentes e a serem adquiridos, identificando sua correlação pedagógica com os cursos e programas previstos, os recursos de informática disponíveis, informações concernentes à relação equipamento/aluno; e descrição de inovações tecnológicas consideradas significativas; e

c) plano de promoção de acessibilidade e de atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas portadoras de necessidades educacionais especiais ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte; dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS;

VIII - oferta de educação a distância, sua abrangência e pólos de apoio presencial;

IX - oferta de cursos e programas de mestrado e doutorado; e

X - demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras.

Em função de sua organização acadêmica, as instituições são credenciadas como “faculdades, centros universitários e universidades”¹¹. Ao Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), cabe a realização de visitas para avaliação *in loco* e a avaliação das instituições, dos cursos e dos desempenhos dos estudantes, realizadas no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Os pedidos de credenciamento devem ser solicitados ao final de cada ciclo avaliativo do SINAES.

A duração dos credenciamentos é de três anos para faculdades e centros universitários e de cinco anos para universidades.

As universidades, assim como os centros universitários independem de autorização para a criação de cursos. “No entanto, essas instituições devem informar à Secretaria competente os cursos abertos para fins de supervisão,

¹¹ In: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=117:qual-a-diferenca-entre-os-atos-autorizativos-credenciamento-autorizacao-e-reconhecimento&catid=127:educacao-superior

avaliação e posterior reconhecimento. (Art. 28 do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006)”¹².

Há, ainda, especificidades:

No processo de autorização dos cursos de graduação de Direito, Medicina, Odontologia e Psicologia, inclusive em universidades e centros universitários, a Secretaria de Educação Superior considera a manifestação do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e do Conselho Nacional de Saúde. (Art. 28, §2º do Decreto nº 5773, de 9 de maio de 2006) .

[...] O reconhecimento deve ser solicitado pela IES quando o curso de graduação tiver completado 50% de sua carga horária. O reconhecimento de curso é condição necessária para a validade nacional dos respectivos diplomas¹³.

A regulamentação para as atividades das instituições de ensino superior limitam-se, no Brasil, às normativas aqui apresentadas. O governo nacional propôs, em 2002, a aprovação de Lei Orgânica das Universidades Públicas Federais que, dentre outros aspectos, estabeleceria padrões de gestão. No entanto, o projeto não foi adiante.

¹² Idem.

¹³ Idem.

Docentes na Educação Superior

Em consonância com o aumento de instituições e de matrículas, o número de docentes também apresentou crescimento de 14,13% no período de 2004 a 2007. Além do crescimento linear dos docentes, observa-se que estes também aumentaram seu regime de trabalho, pois aqueles com dedicação integral cresceram em 23,04%. Apesar disso os docentes horistas são aqueles que prevalecem na Educação Superior brasileira.

Tabela 15: Docentes por regime de trabalho

		2004	2005	2006	2007	Cresc.
Tempo Integral	N	102.261	110.480	113.848	125.818	23,04%
	%	34,87%	36,11%	35,93%	37,59%	-
Tempo Parcial	N	63.315	67.654	64.913	68.647	8,42%
	%	21,59%	22,11%	20,48%	20,51%	-
Horista	N	127.936	127.826	138.121	140.223	9,60%
	%	43,63%	41,78%	43,59%	41,90%	-
Total		293.242	305.960	316.882	334.688	14,13%

Fonte: INEP/MEC - Censo da Educação Superior (2004-2007).

Nas universidades o trabalho docente muitas vezes está vinculado à atividade de pesquisa, dessa forma, há maior proporção daqueles com regime integral. Em 2007, do total de docentes das universidades, 56,4% trabalhavam em regime integral, enquanto que nas instituições não universitárias esse percentual era apenas 16,2%.

Tabela 16: Docentes por regime de trabalho e organização acadêmica

		2004	2005	2006	2007	Cresc.
Universitárias	Tempo Integral	83.944	90.343	91.992	100.483	19,7%
	Tempo Parcial	33.976	37.325	37.020	37.133	9,3%
	Horista	47.521	40.301	39.469	40.512	-14,7%
	Total	165.171	167.969	168.481	178.128	7,8%
Não Universitárias	Tempo Integral	18.317	20.137	21.856	25.335	38,3%
	Tempo Parcial	29.339	30.329	27.893	31.514	7,4%
	Horista	80.415	87.525	98.652	99.711	24,0%
	Total	128.071	137.991	148.401	156.560	22,2%
Total Geral		293.242	305.960	316.882	334.688	14,1%

Fonte: INEP/MEC - Censo da Educação Superior (2004-2007).

Apesar do número de universidades públicas e privadas ser próximo, isso não se reflete no número de docentes com regime de dedicação integral, sendo que as públicas possuem mais que o dobro de docentes com esse regime quando comparada às instituições privadas. Por outro lado, no período de 2004 a 2007 o número de docentes em regime integral das instituições privadas cresceu 40,0%, enquanto nas públicas esse crescimento foi de 16,8%.

Tabela 17: Docentes segundo regime de trabalho e categoria administrativa da IES

		2004	2005	2006	2007	Cresc.
Pública	Tempo Integral	74.629	77.678	80.094	87.147	16,8%
	Tempo Parcial	17.980	18.635	16.964	19.803	10,1%
	Horista	7.815	7.806	9.941	8.915	14,1%
	Subtotal	100.424	104.119	106.999	115.865	15,4%
Privada	Tempo Integral	27.632	32.802	33.754	38.671	40,0%
	Tempo Parcial	45.335	49.019	47.949	48.844	7,7%
	Horista	119.851	120.020	128.180	131.308	9,6%
	Subtotal	192.818	201.841	209.883	218.823	13,5%
Total Geral		293.242	305.960	316.882	334.688	14,1%

Fonte: INEP/MEC - Censo da Educação Superior (2004-2007).

Outro aspecto a ser destacado é a formação dos professores. O crescimento daqueles portadores de diplomas de especialização, mestrado e doutorado ocorreu acima da média do crescimento numérico do período 2004 a 2007. Observa-se também uma redução numérica dos docentes sem graduação ou portadores apenas do diploma de graduação, indicando que há estímulo para aperfeiçoamento do corpo docente.

Tabela 18: Docentes segundo titulação e taxa de crescimento no período 2004 a 2007

	2004	2005	2006	2007	crescimento
Sem Graduação	175	48	52	103	-41,10%
Graduação	40.437	39.115	36.782	38.573	-4,60%
Especialização	86.375	89.908	94.296	109.104	26,30%
Mestrado	95.076	110.992	115.136	120.348	26,60%
Doutorado	61.279	65.897	70.616	76.560	24,90%
Total Geral	293.242	305.960	316.882	334.688	14,10%

Fonte: INEP/MEC - Censo da Educação Superior (2004-2007).

Ao se observar a maior titulação dos docentes, segundo a categoria administrativa da instituição, as públicas são aquelas que registraram maiores avanços, particularmente dentre os detentores de diplomas de especialização e mestrado.

Tabela 19: Docentes por titulação e categoria administrativa

		2004	2005	2006	2007	Cresc.
Pública	Sem Graduação	56	31	18	25	-55,4%
	Graduação	14.321	13.994	12.263	14.097	-1,6%
	Especialização	18.222	18.772	18.553	28.576	56,8%
	Mestrado	19.287	30.066	31.400	33.497	73,7%
	Doutorado	38.638	41.256	44.765	49.670	28,6%
	Subtotal	100.424	104.119	106.999	115.865	15,4%
Privada	Sem Graduação	119	17	34	78	-34,5%
	Graduação	26.116	25.121	24.519	24.476	-6,3%
	Especialização	68.153	71.136	75.743	80.528	18,2%
	Mestrado	75.789	80.926	83.736	86.851	14,6%
	Doutorado	22.641	24.641	25.851	26.890	18,8%
	Subtotal	192.818	201.841	209.883	218.823	13,5%
Total Geral		293.242	305.960	316.882	334.688	14,1%

Fonte: INEP/MEC - Censo da Educação Superior (2004-2007).

Verifica-se que as instituições privadas praticamente mantiveram estável a proporção de docentes com mestrado e doutorado, com um aumento inferior a 1%. Ou seja, apesar do crescimento numérico dos portadores desses diplomas, percentualmente a melhoria foi muito tímida. O maior avanço foi verificado na proporção daqueles com título de especialização, conforme a tabela a seguir.

Tabela 20: Distribuição dos docentes por titulação e categoria administrativa da instituição

		2004	2005	2006	2007
Pública	Sem Graduação	0,10%	0,00%	0,00%	0,00%
	Graduação	14,30%	13,40%	11,50%	12,20%
	Especialização	18,10%	18,00%	17,30%	24,70%
	Mestrado	19,20%	28,90%	29,30%	28,90%
	Doutorado	38,50%	39,60%	41,80%	42,90%
Privada	Sem Graduação	0,10%	0,00%	0,00%	0,00%
	Graduação	13,50%	12,40%	11,70%	11,20%
	Especialização	35,30%	35,20%	36,10%	36,80%
	Mestrado	39,30%	40,10%	39,90%	39,70%
	Doutorado	11,70%	12,20%	12,30%	12,30%

Fonte: INEP/MEC - Censo da Educação Superior (2004-2007).

De maneira geral, observa-se que ocorreu um avanço significativo na formação e qualificação do corpo docente das instituições, com melhoria do vínculo empregatício e aumento da titulação, tanto em instituições universitárias e não universitárias, como também em instituições públicas e privadas.

Para apoiar a qualificação da formação docente para o Ensino Superior, a Capes mantém o Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência), desde 2006. O Prodocência é realizado por universidades federais e estaduais e pelos centros federais de educação tecnológica, com financiamento da Capes. O programa “apóia iniciativas que priorizam o acompanhamento e avaliação dos projetos político-pedagógicos dos diferentes cursos de licenciatura, bem como o desenvolvimento e a consolidação de novas metodologias articuladas aos conteúdos curriculares, com destaque para atividades apoiadas nas Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC” (in: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/prodocencia>).

Destaca-se, ainda, que, tendo em conta a fragilidade da formação dos estudantes da Educação Básica, com impactos na Educação Superior, o governo federal criou, em 2008, o Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID), visando qualificar os docentes da Educação Básica, especialmente aqueles que atuam no Ensino Médio. As universidades federais e os centros federais de educação tecnológica com avaliação satisfatório no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), com financiamento da Capes para o pagamento de seus docentes envolvidos no projeto, realizam programas de formação inicial para alunos de licenciaturas que atuarão na Educação Básica. A verba destinada a essas instituições prevê apenas o custeio para sua execução.

2.2. Acesso à Educação Superior

A matrícula na Educação Superior brasileira vem evoluindo ao longo dos anos observados (2004-2007), num crescimento de 17,2%. O setor privado é aquele que concentra o maior número de alunos e também aquele que mais evoluiu em número de matrículas, assim como no número de instituições, conforme se verificou no item anterior. Neste período o crescimento registrado foi de 21,9%.

Tabela 21: Matrícula no Ensino Superior presencial segundo dependência administrativa (pública e privada)

	Matrícula Total	Pública	%	Privada	%
2004	4.163.733	1.178.328	28,3	2.985.405	71,7
2005	4.453.156	1.192.189	26,8	3.260.967	73,2
2006	4.676.646	1.209.304	25,9	3.467.342	74,1
2007	4.880.381	1.240.968	25,4	3.639.413	74,6

Fonte: INEP/MEC - Censo da Educação Superior (2004-2007).

O setor público, com 10,9% das instituições de educação superior no ano de 2007, congregava 25,4% dos estudantes; isto pode ser explicado pelo maior número de universidades nessa categoria administrativa, sendo que estas atendem a um maior número de alunos, como se verifica na tabela a seguir.

Tabela 22: Matrícula no Ensino Superior presencial segundo sua organização acadêmica

	Total	Universidades	Centros Universitários	Faculdades Integradas	Faculdades, Escolas e Institutos	CET/FaT
2004	4.163.733	2.369.717	614.913	200.695	901.976	76.432
2005	4.453.156	2.469.778	674.927	207.898	1.017.334	83.219
2006	4.676.646	2.510.396	727.909	207.899	1.132.305	98.137
2007	4.880.381	2.644.187	680.938	233.147	1.213.971	108.138

Fonte: INEP/MEC - Censo da Educação Superior (2004-2007).

A distribuição dos alunos, por sexo, apresenta-se conforme as tabelas a seguir. Verifica-se que o percentual de mulheres é maior em todos os modos de organização institucional, com exceção dos centros tecnológicos. Situação semelhante ocorre na Educação Básica, onde as mulheres também são maioria.

Tabela 23: Matrícula no Ensino Superior presencial, segundo sua organização acadêmica, por sexo

	Total Geral			Universidades			Centros Universitários		
	Total	Masculino (%)	Feminino (%)	Total	Masculino (%)	Feminino (%)	Total	Masculino (%)	Feminino (%)
2004	4.163.733	43,6	56,4	2.369.717	43,4	56,6	614.913	43,0	57,0
2005	4.453.156	44,1	55,9	2.469.778	44,1	55,9	674.927	43,1	56,9
2006	4.676.646	44,3	55,7	2.510.396	44,5	55,5	727.909	43,2	56,8
2007	4.880.381	45,1	54,9	2.644.187	45,4	54,6	680.938	44,0	56,0

Fonte: INEP/MEC - Censo da Educação Superior (2004-2007).

Tabela 24: Matrícula no Ensino Superior presencial, segundo sua organização acadêmica, por sexo

	Faculdades Integradas			Faculdades, Escolas e Institutos			CET/FaT		
	Total	Masculino (%)	Feminino (%)	Total	Masculino (%)	Feminino (%)	Total	Masculino (%)	Feminino (%)
2004	200.695	41,9	58,1	901.976	43,3	56,7	76.432	66,2	33,8
2005	207.898	42,7	57,3	1.017.334	43,3	56,7	83.219	65,0	35,0
2006	207.899	42,7	57,3	1.132.305	43,1	56,9	98.137	63,7	36,3
2007	233.147	42,9	57,1	1.213.971	43,6	56,4	108.138	63,6	36,4

Fonte: INEP/MEC - Censo da Educação Superior (2004-2007).

Vale destacar, ainda, que a maioria dos estudantes no Brasil pode ser encontrada no ensino noturno, com tendência de crescimento nesse turno. A situação econômica da maioria dos jovens e adultos brasileiros impõe a necessidade do exercício de atividade remunerada, simultaneamente à realização de estudos.

Tabela 25: Matrícula por Turno em cursos presenciais

	Total	Diurno	%	Noturno	%
2004	4.163.733	1.709.385	41,1	2.454.348	58,9
2005	4.453.156	1.775.401	39,9	2.677.755	60,1
2006	4.676.646	1.828.976	39,1	2.847.670	60,9
2007	4.880.381	1.870.848	38,3	3.009.533	61,7

Fonte: INEP/MEC - Censo da Educação Superior (2004-2007).

A tabela abaixo registra que as instituições universitárias, que são apenas 8,3% do total, reuniram, em 2007, 54,2% dos estudantes.

Tabela 26: Tipo de instituição, por matrícula em cursos presenciais (universitária e não universitária)

	Número total de matrículas	Instituições Universitárias	%	Instituições Não Universitárias*	%
2004	4.163.733	2.369.717	56,9	1.794.016	43,1
2005	4.453.156	2.469.778	55,5	1.983.378	44,5
2006	4.676.646	2.510.396	53,7	2.166.250	46,3
2007	4.880.381	2.644.187	54,2	2.236.194	45,8

Fonte: INEP/MEC - Censo da Educação Superior (2004-2007).

Os cursos oferecidos por essas instituições são divididos em oito diferentes áreas gerais. Segundo o Censo da Educação Superior produzido pelo INEP, essas áreas gerais são subdivididas em áreas detalhadas e, por fim, novamente subdivididas em cursos e/ou programas.

Tabela 27: Áreas gerais e áreas detalhadas dos cursos de Educação Superior

Educação	Humanidades e Artes	Ciências Sociais, Negócios e Direito	Ciências, Matemática e Computação	Engenharia, Produção e Construção	Agricultura e Veterinária	Saúde e Bem-Estar Social	Serviços
Ciências da educação	Artes (cursos gerais)	Biblioteconomia, informação, arquivos	Biologia e bioquímica	Arquitetura e urbanismo	Engenharia florestal - silvicultura	Enfermagem e atenção primária (assistência básica)	Ciências domésticas
Formação de professor da educação básica	Belas artes	Ciência política e educação cívica	Ciência da computação	Eletricidade e energia	Horticultura	Farmácia	Esportes
Formação de professor de disciplinas profissionais	Design e estilismo	Ciências sociais e comportamentais (cursos gerais)	Ciências (cursos gerais)	Eletrônica e automação	Produção agrícola e pecuária	Medicina	Hoteldaria, restaurantes e serviços de alimentação
Formação de professor de educação infantil	Filosofia e ética	Ciências da terra	Ciências ambientais	Engenharia civil e de construção	Recursos pesqueiros	Odontologia	Proteção ambiental (cursos gerais)
Formação de professor de matérias específicas	História e arqueologia	Ciências físicas (cursos gerais)	Ciências da terra (cursos gerais)	Engenharia e profissões de engenharia (cursos gerais)	Veterinária	Saúde (cursos gerais)	Proteção de pessoas e de propriedades
Formação de professor e ciências da educação (cursos gerais)	Letras (cursos gerais)	Comércio e administração (cursos gerais)	Estadística	Engenharia mecânica e metalurgia (trabalhos com metais)		Serviço social e orientação	Saúde e segurança do trabalho
	Língua materna (vernáculo)	Contabilidade e tributação	Física	Engenharia (cursos gerais)		Tecnologias de diagnóstico e tratamento médico	Serviços de beleza
	Línguas e culturas estrangeiras	Direito	Matemática	Fabricação e processamento (cursos gerais)		Terapia e reabilitação	Serviços de segurança (cursos gerais)
	Música e artes cênicas	Economia	Processamento da informação	Materiais (madeira, papel, plástico, vidro)			Setor militar e de defesa
	Religião e teologia	Finanças, bancos, seguros	Química	Mineração e extração			Tecnologia de proteção ambiental
	Técnicas audiovisuais e produção de mídia	Gerenciamento e administração	Uso do computador	Processamento de alimentos			Transportes e serviços (cursos gerais)
		Jornalismo e reportagem		Química e engenharia de processos			Viagens, turismo e lazer
		Marketing e publicidade		Têxteis, roupas, calçados, couros			
		Psicologia		Veículos a motor, construção naval e aeronáutica			
		Secretariado e trabalhos de escritório					
		Sociologia e estudos culturais					
		Vendas em atacado e varejo					

Fonte: INEP/MEC - Censo da Educação Superior (2004-2007).

A área geral que mais evoluiu com a criação de novos cursos foi a de Agricultura e Veterinária, seguida da área de Serviços. Talvez esse crescimento esteja associado à ênfase que vem sendo dada ao agronegócio como importante fator de desenvolvimento econômico e também, sobre a área de Serviços, a uma maior urbanização do país. Entretanto, a área que ainda congrega maior número de cursos é a de Ciências Sociais, Negócios e Direito.

Um aspecto a ser destacado é o baixo crescimento dos cursos na área de Educação, sendo que no período de 2006 a 2007 registrou-se o fechamento de alguns cursos.

Tabela 28: Cursos presenciais segundo áreas gerais da Educação Superior

Áreas Gerais	2004	2005	2006	2007	Cresc.
Educação	5.977	6.397	6.548	6.403	7,10%
Humanidades e Artes	882	916	974	1.063	20,50%
Ciências Sociais, Negócios e Direito	5.115	5.815	6.478	6.906	35,00%
Ciências, Matemática e Computação	2.156	2.282	2.452	2.646	22,70%
Engenharia, Produção e Construção	1.368	1.510	1.707	1.963	43,50%
Agricultura e Veterinária	413	455	546	624	51,10%
Saúde e Bem-Estar Social	2.057	2.280	2.583	2.864	39,20%
Serviços	676	752	813	1019	50,70%
Total	18.644	20.407	22.101	23.488	26,00%

Fonte: INEP/MEC - Censo da Educação Superior (2004-2007).

Além do fechamento dos cursos da área Educação, o índice de matrículas praticamente ficou estagnado. O baixo salário dos professores da Educação Básica, associado às dificuldades que esse profissional encontra – entre elas, as duplas jornadas em diferentes escolas, as precárias condições de trabalho oferecidas nas escolas e as poucas oportunidades de formação continuada – estão entre os fatores que contribuem para a estagnação dessa área. A área de Saúde e Bem-Estar Social mostra a maior evolução das matrículas no período, crescimento semelhante ao de seu número de cursos.

Tabela 29: Matrícula por área geral de curso de graduação presencial oferecido

	2004	2005	2006	2007	Cresc.
Educação	858.943	904.201	892.803	860.513	0,20%
Humanidades e Artes	150.517	156.888	165.662	170.231	13,10%
Ciências Sociais, Negócios e Direito	1.735.105	1.852.373	1.962.369	2.050.282	18,20%
Ciências, Matemática e Computação	360.059	377.818	392.930	414.600	15,10%
Engenharia, Produção e Construção	319.175	344.714	371.502	417.448	30,80%
Agricultura e Veterinária	87.215	97.280	105.758	113.630	30,30%
Saúde e Bem-Estar Social	556.505	622.464	694.103	753.015	35,30%
Serviços	94.192	94.792	90.947	99.956	6,10%
Total	4.163.733	4.453.156	4.676.646	4.880.381	17,20%

Fonte: INEP/MEC - Censo da Educação Superior (2004-2007).

Obs.: Não foram incluídas matrículas em cursos Básicos e Programas Gerais, embora somadas nas matrículas totais.

Em contraposição ao menor crescimento da área Educação nos cursos presenciais, verificou-se que este é o que mais ofertado, quando se trata de cursos à distância (ver Tabela 14).

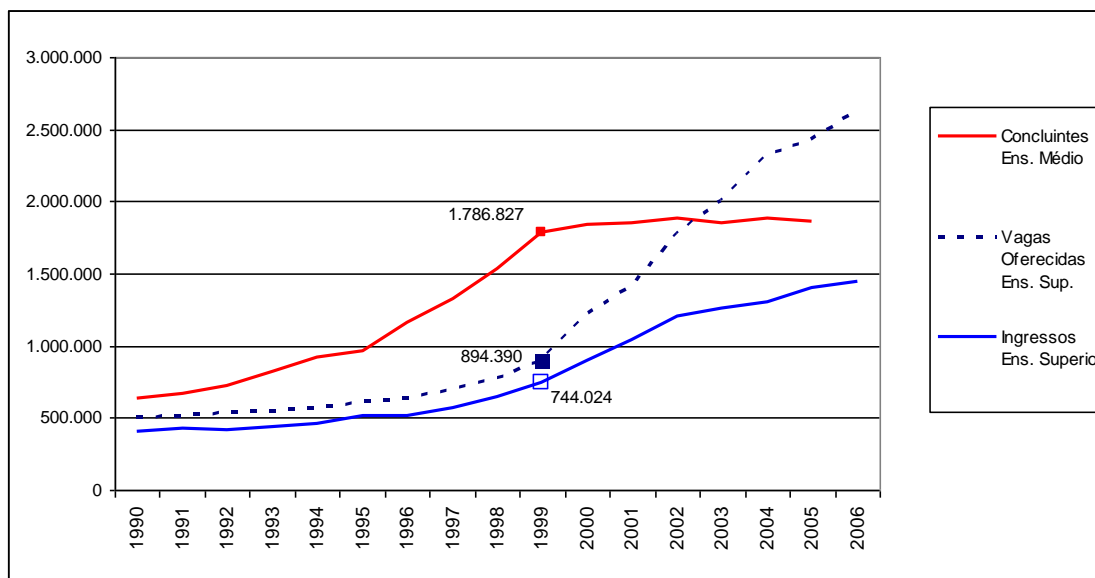
Essa maior oferta de cursos à distância da área Educação pode ter contribuído também para a redução dos cursos presenciais, entretanto o mesmo fenômeno não foi observado para os cursos na área de Ciências Sociais, Negócios e Direito, de forma que o mercado de trabalho dos professores parece ser ainda o fator explicativo para a redução dessas matrículas.

O acesso do estudante brasileiro à Educação Superior, como anteriormente registrado, é desigual. Para a compreensão do acesso, é necessário também observar a etapa anterior, o Ensino Médio.

Como verificado anteriormente, grande parte da população de 15 a 17 anos não está atualmente cursando o Ensino Médio, e a conquista dessa etapa de

ensino por muitos brasileiros ainda é recente. Isso influencia a dinâmica de abertura e acesso de vagas da Educação Superior, como mostra a evolução das matrículas no Gráfico a seguir.

Gráfico 1: Dinâmica entre concluintes do ensino médio, vagas no ensino superior e ingresso de alunos no ensino superior (1990 a 2006)



Fonte: INEP (Censo Escolar; Sinopse da Educação Superior)

No Gráfico 1 observa-se que, durante a década de 1990, ocorreu uma expansão do Ensino Médio com reflexos no número de concluintes. Essa expansão não foi acompanhada no mesmo ritmo pela abertura de novas vagas da Educação Superior, o que gerou uma demanda reprimida na década seguinte, com uma conseqüente liberalização da abertura de novas vagas. A partir de 2003, a oferta de vagas de Educação Superior passou a ser maior que o número de concluintes de Ensino Médio, o que, por um lado, favorece o atendimento da demanda reprimida por nível superior. Por outro, essa política estimulou também a existência de vagas que nunca são ocupadas, bem como o ingresso de estudantes que não apresentam as qualificações necessárias para o curso superior.

Verifica-se, na tabela a seguir, que no ano de 2007 ocorreu um maior crescimento de ingressos em relação aos anos anteriores, mesmo assim, mais de 1 milhão de vagas na Educação Superior não foram preenchidas. Registra-se que a maioria dessas vagas está localizada no ensino superior privado, uma vez que esse possui maior número de vagas e é o que apresenta maior expansão.

Tabela 30: Educação Superior – Vagas oferecidas, Ingressos, Matrículas e Concluintes (2004 a 2007)

Ano	Vagas Oferecidas	Ingressos	Matrícula Total	Concluintes
2004	2.320.421	1.303.110	4.163.733	717.858
2005	2.435.987	1.397.281	4.453.156	736.829
2006	2.629.598	1.448.509	4.676.646	756.799
2007	2.823.942	1.808.970	4.880.381	-

Fonte: INEP. Sinopse Educação Superior

O Censo da Educação Superior apresenta diferentes formas de ingresso a esse nível ou grau do ensino: vestibular; Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)¹⁴, avaliação seriada e outras formas de ingresso (mudança de curso; transferência; acordos internacionais; admissão de diplomados em curso superior; reabertura de matrícula e outros). O ingresso por vestibular é predominante, como se verifica na tabela a seguir.

Tabela 31: Políticas e Procedimentos de Acesso

	Vestibular	%	ENEM, Avaliação Seriada e Outros	%	Outras formas de ingresso	%
2004	1.191.370	73,5%	111.740	6,9%	318.298	19,6%
2005	1.266.137	75,5%	131.144	7,8%	280.807	16,7%
2006	1.311.533	74,8%	136.976	7,8%	304.559	17,4%
2007	1.349.065	74,6%	132.890	7,3%	327.015	18,1%

Fonte: INEP/MEC - Censo da Educação Superior (2004-2007).

A nota do ENEM é utilizada por diversas instituições de ensino superior, seja como critério único, ou, na maioria das vezes, combinada com outros processos seletivos, como o vestibular. A participação dos estudantes levou o MEC a propor mudanças no exame, que em 2009 será adotado por universidades públicas em substituição as provas objetivas de seus vestibulares. As estatísticas oficiais do Censo da Educação Superior não captam a pluralidade de uso do ENEM para ingresso, e indicam que esse é menos utilizado que o vestibular tradicional. Na tabela a seguir, registram-se os números de inscritos no ENEM, em todo o Brasil.

¹⁴ O Exame Nacional do Ensino Médio foi criado em 1998 visando avaliar o desempenho dos alunos ao final da Educação Básica. O exame era, até 2009, de adesão voluntária, no entanto, sua pontuação permitia aos alunos aumentar as chances de ingresso nas instituições de ensino superior.

Tabela 32: Inscritos no ENEM por ano de realização

Ano	Inscrições
2004	1.552.316
2005	3.004.491
2006	3.742.827
2007	3.584.569
2008	4.004.715

Fonte: INEP

Devido à sua utilização, também, no processo de concessão de bolsas de estudos, bem como a utilização do ENEM nos diversos processos seletivos universitários, este exame vem ampliando o seu número de inscritos, que supera o de concluintes do Ensino Médio.

Além desses procedimentos de ingressos na Educação Superior, parcelas significativas da população não podem pagar as mensalidades cobradas pelas instituições privadas. Uma maneira de estimular os estudantes a ingressarem e permanecerem no ensino privado, que sobrevive das mensalidades, é a concessão de bolsas de estudo.

Em 2004, o governo federal lançou o Programa Universidade para Todos (PROUNI) que oferece bolsas de estudo integrais e parciais, financiadas por meio de isenções fiscais às instituições particulares (Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005).

Podem se candidatar ao programa estudantes com renda per capita familiar de até três salários mínimos¹⁵. Os candidatos são selecionados por meio das notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Destaca-se que é facultada às instituições a realização de processo seletivo próprio, dentre aqueles pré-selecionados no programa. O candidato só ingressa no PROUNI, caso a instituição de ensino superior o aceite e tenha conseguido formar uma turma para o curso.

As bolsas integrais são oferecidas para os estudantes que possuam renda familiar de até um salário mínimo e meio e as bolsas parciais para aqueles que possuem renda familiar de até três salários mínimos. As bolsas parciais podem ser complementadas por outro programa federal, o Programa de Financiamento Estudantil (FIES)¹⁶.

¹⁵ Salário Mínimo no Brasil: R\$ 465,00, correspondentes à US\$ 239,74 e à EUR\$ 170,40, segundo o Banco Central do Brasil, em 29 de junho de 2009.

¹⁶ “O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, efetua o pagamento às Instituições de Ensino Superior - IES com Certificado Financeiro do Tesouro - Série E - CFT E, título público federal remunerado pelo Índice de Preços de Mercado - IGP-M. Os CFT-E vinculados ao FIES podem ser utilizados exclusivamente para quitação de obrigações junto ao INSS”. In: http://www3.caixa.gov.br/fies/FIES_FinancEstudantil.asp

Atualmente, a ordem de prioridade para concessão do FIES é a seguinte:

Bolsistas parciais de 50% do ProUni - Programa Universidade para Todos, seja de bolsas oferecidas obrigatoriamente como adicionalmente.

Estudantes beneficiários de bolsas complementares matriculados em cursos considerados prioritários.

Estudantes beneficiários de bolsas complementares matriculados nos demais cursos.

Estudantes matriculados em instituições de educação superior que tenham aderido ao ProUni.

Demais estudantes matriculados em Instituições de Ensino Superior que não tenham aderido ao ProUni¹⁷.

A distribuição de bolsas de estudo pelo PROUNI, nos anos observados, encontra-se informada na tabela a seguir.

Tabela 33: Bolsas de estudos – PROUNI

	Candidatos	Bolsas Ofertadas	Bolsas Concedidas
2005	422.531	112.275	95.518
2006	994.905	138.668	109.003
2007	668.561	163.854	105.542

Fonte: IPEA. Boletim de políticas sociais.

Apesar do crescimento anual das bolsas do PROUNI, há que se registrar que frente aos 3,5 milhões de matrículas no ensino privado de graduação, o número de contemplados ainda é reduzido.

2.3. Resultados da Educação Superior

As informações sobre os egressos da Educação Superior no Brasil são bastante incompletas. Tem-se apenas o número de concluintes, em alguns casos.

Na tabela a seguir, encontram-se registradas as informações sobre os graduados nos cursos de instituições públicas e privadas. Destaca-se que a proporção de graduados é muito semelhante à distribuição percentual dos matriculados.

¹⁷ In: http://www3.caixa.gov.br/fies/FIES_FinancEstudantil.asp

Tabela 34: Concluintes em cursos presenciais, por dependência administrativa (pública e privada)

	Total	Pública	%	Privada	%
2004	626.617	202.262	32,3	424.355	67,7
2005	717.858	195.554	27,2	522.304	72,8
2006	736.829	183.085	24,8	553.744	75,2
2007	756.799	193.531	25,6	563.268	74,4

Fonte: INEP/MEC - Censo da Educação Superior (2004-2007).

Os concluintes, segundo a organização administrativa freqüentada, estão registrados na tabela a seguir.

Tabela 35: Concluintes em cursos presenciais por organização acadêmica

	Total	Universitárias	%	Não Universitárias	%
2004	626.617	379.516	60,6	247.101	39,4
2005	717.858	408.970	57,0	308.888	43,0
2006	736.829	396.054	53,8	340.775	46,2
2007	756.799	416.268	55,0	340.531	45,0

Fonte: INEP/MEC - Censo da Educação Superior (2004-2007).

O número de graduados vem crescendo nos anos observados, como se pode conferir na tabela a seguir.

Tabela 36: Concluintes por Áreas, em cursos presenciais

	2004	2005	2006	2007	Cresc.
Educação	182.199	199.392	173.759	171.806	-5,7%
Humanidades e Artes	21.042	24.810	27.196	28.084	33,5%
Ciências Sociais, Negócios e Direito	237.891	277.572	299.246	301.173	26,6%
Ciências, Matemática e Computação	48.667	56.436	59.821	58.974	21,2%
Engenharia, Produção e Construção	33.148	36.918	41.491	47.016	41,8%
Agricultura e Veterinária	10.256	11.874	13.552	15.293	49,1%
Saúde e Bem-Estar Social	77.868	90.610	103.950	114.056	46,5%
Serviços	15.546	20.246	17.814	20.397	31,2%
Total	626.617	717.858	736.829	756.799	20,80%

Fonte: INEP/MEC - Censo da Educação Superior (2004-2007).

Embora não se possam ter mais informações sobre os egressos do ensino superior no Brasil, algumas informações complementares podem trazer pistas para a compreensão da situação nacional. Dentre elas estão os números gerais sobre a pós-graduação e a demanda por patentes.

Panorama da Pós-graduação

O número de cursos de pós-graduação no Brasil cresceu 32% no período de 2004 a 2008; a maioria está localizada em instituições públicas de ensino. No ano de 2008, estavam em funcionamento 2568 cursos de pós-graduação, sendo que 79,6% eram ofertados por instituições públicas de ensino; dos cursos que ofereciam o título de doutorado, esse percentual subia para 88,9%.

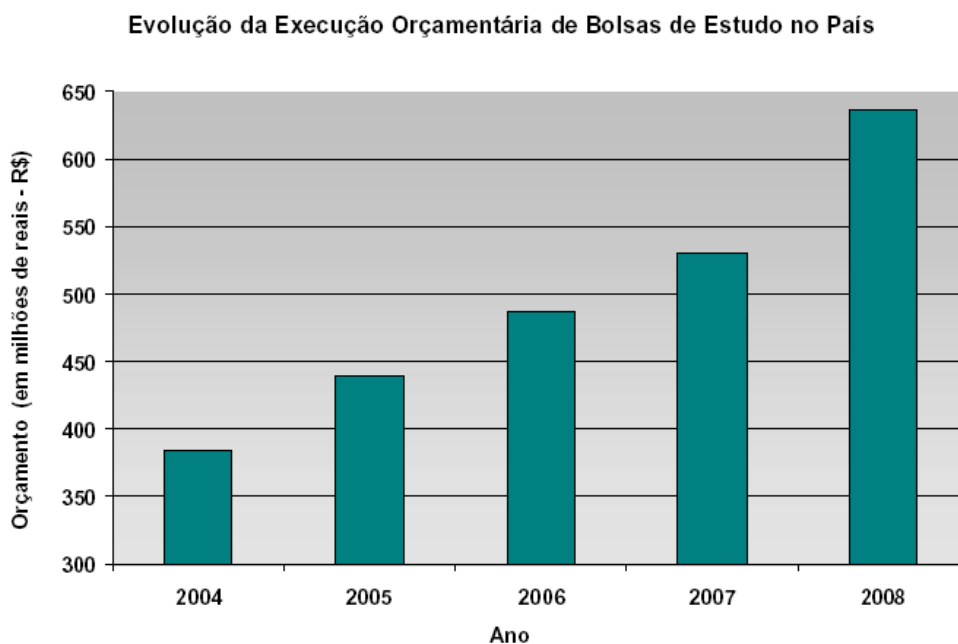
Tabela 37: Número de cursos de pós-graduação existentes segundo ano e categoria administrativa (2004 a 2008)

	Ano	Mestrado	Doutorado	Mestrado e Doutorado	Profissionalizante	Total
Particular	2004	192	1	99	52	344
	2005	225	0	102	61	388
	2006	259	0	118	71	448
	2007	274	0	133	86	493
	2008	274	0	147	102	523
Pública	2004	576	32	926	66	1600
	2005	609	33	962	72	1676
	2006	666	39	1028	86	1819
	2007	707	37	1075	98	1917
	2008	756	36	1137	116	2045

Fonte: Capes/MEC

Esse crescimento do número de cursos foi apoiado com o aumento de bolsas para os pós-graduandos, o gráfico abaixo mostra a evolução do orçamento gasto com a cessão de bolsas de estudos.

Gráfico 2:



Fonte: Capes/MEC

Tabela 38: Evolução das bolsas de estudo Capes

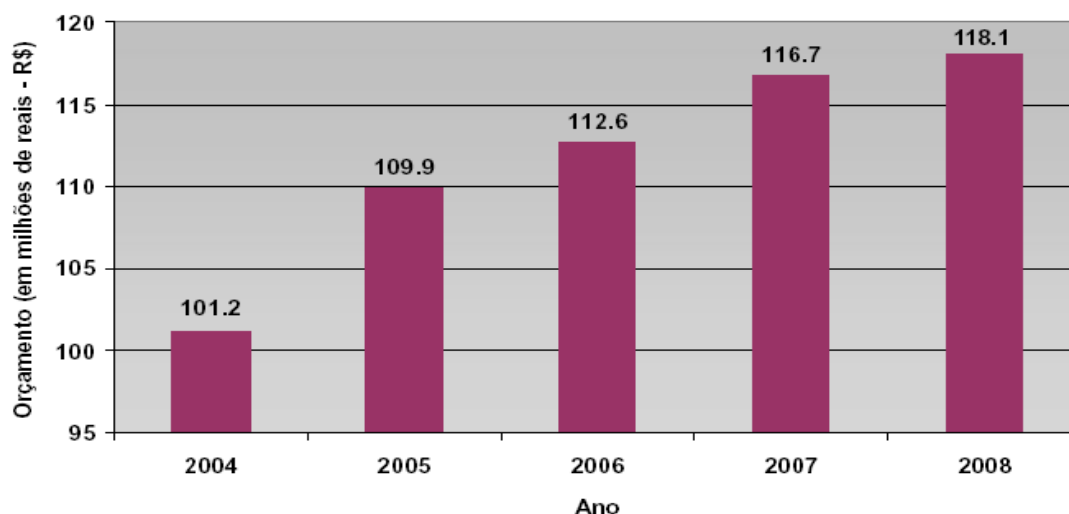
Ano	Mestrado	Doutorado	Bolsa Recém-Doutor	Total
2004	14.649	10.360	301	25.310
2005	14.913	10.725	458	26.096
2006	16.975	11.449	464	28.888
2007	18.812	12.258	454	31.524
2008	23.665	16.227	1147	41.039

Fonte: Capes/MEC

Outro aspecto a destacar é o estímulo ao intercâmbio internacional dos bolsistas, no período de 2004 a 2008. O governo vem aumentando o orçamento destinado a bolsas de estudo internacionais, o que pode ser observado no gráfico abaixo.

Gráfico 3

Evolução da Execução Orçamentária de Recursos para Bolsas de Estudo e Projetos de Pesquisa no Exterior



Fonte: Capes/MEC

O investimento em abertura de novos cursos, associado à concessão de bolsas de estudo, tem favorecido o aumento de concluintes da pós-graduação. Esse aumento é uma importante contribuição para a qualificação dos profissionais brasileiros em todas as áreas e, especialmente, na formação de quadros docentes para o ensino superior.

Tabela 39: Evolução do número de alunos titulados na pós-graduação

Ano Base	Mestrado	Doutorado	Mestrado Profissionalizante	Total
2004	24.902	8.112	1.931	34.945
2005	28.646	8.989	2.056	39.691
2006	29.763	9.365	2.517	41.645
2007	30.568	9.919	2.331	42.818
Crescimento	22,8%	22,3%	20,7%	22,5%

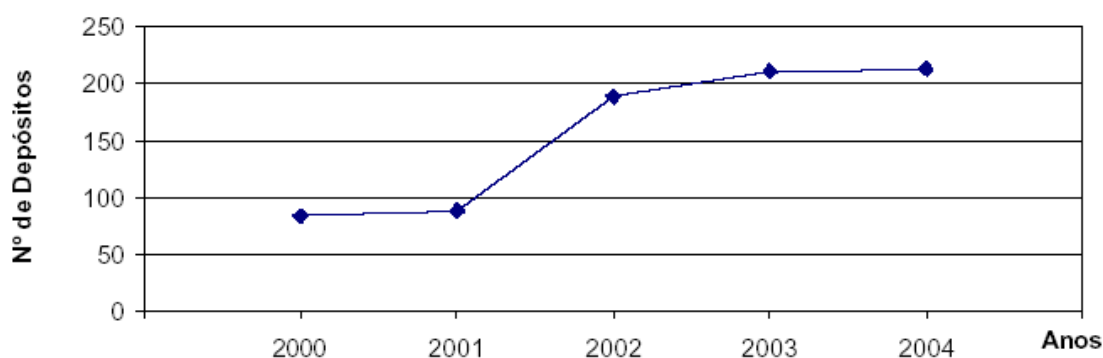
Fonte: Capes/MEC

A melhoria da formação dos docentes está apoiada no crescimento da titulação da pós-graduação, que cresceu 22,5% no período.

Pesquisa e Patentes

A pesquisa realizada nas universidades também tem avançado no que tange a obtenção de patentes. Relatório do ano de 2007 do Instituto Nacional da Propriedade Industrial, que estuda o pedido de depósitos de patentes pelas universidades brasileiras, aponta que as patentes requeridas pelas universidades mais que dobrou no período de 2000 a 2004, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 4: Evolução dos depósitos de pedidos de patentes por Universidades (2000 a 2004)



Fonte: INPI, 2007

Apesar do crescimento tímido no período é possível observar que nos anos recentes vem ocorrendo um estímulo ao depósito de patente por parte das universidades e seus pesquisadores.

Em acordo com o perfil das instituições de pesquisa existentes no país, o estudo do INPI aponta que o maior número de patentes pertence às universidades públicas, situadas em sua maioria da região sudeste. As instituições UNICAMP, UFMG, USP e UFRJ concentram mais de metade dos pedidos ocorridos no período de 2000 a 2004.

Tabela 40: Perfil dos depósitos segundo a classificação internacional de Patentes no ano de 2004

Classificação de Patentes	Patentes
Necessidades Humanas	68
Operações de Processamento, Transportes	17
Química e Metalurgia	72
Têxteis e Papel	1
Construções fixas	3
Eng. Mecânica; Iluminação; Aquecimento e Armas	9
Física	33
Eletricidade	10
Total	213

Fonte: INPI, 2004

O perfil dos depósitos mostra que as patentes estão mais concentradas na área de Química e Metalurgia, seguido de Necessidades Humanas e Física.

De acordo com o INPI, o pedido de patentes por parte das universidades e seus atores, ainda é bastante restrito, com apenas 2,3% do total de pedidos no ano de 2004. O instituto aponta ser esse dado preocupante quando associado aos investimentos públicos em pesquisa; revelando que não há uma maior preocupação da comunidade acadêmica na busca de proteção por patentes, bem como sua transferência posterior para o mercado e a sociedade.

2.4. Financiamento

A Constituição Federal prevê a vinculação de recursos orçamentários da União, de estados e municípios para a Educação:

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. (CF/1988, art. 212)

As fontes de financiamento das instituições de ensino superior mudam conforme sua categoria administrativa. As instituições privadas dependem da cobrança de mensalidades de seus estudantes; enquanto as instituições públicas, que, segundo a Constituição Federal devem oferecer cursos gratuitos, dependem do financiamento governamental. Uma única exceção entre as instituições públicas são aquelas que ofereciam cursos pagos antes da promulgação da Constituição Federal em 1988, para as quais é permitida a cobrança de mensalidade. São poucos os casos que se encaixam nessa exceção, a maioria de origem municipal.

A LDB 9.394/96 estabeleceu em seu artigo 55, que “Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas”, entretanto, não definiu concretamente a forma de se estabelecer o montante de recursos mínimos para manutenção e desenvolvimento das instituições.

Dependendo do financiamento governamental, muitas das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) não possuem autonomia desejável para gerir seus projetos e administrar a contento suas unidades de ensino. Ações básicas, como a contratação de docentes ou manutenção predial, dependem de autorização governamental para serem executadas. Pode-se dizer que o financiamento das instituições mantidas pelo governo segue o modelo “inercial”, ou seja, salvo programas específicos, costumam repetir os valores gastos no exercício anterior. Apesar disso, registrou-se um incremento no valor destinado às instituições federais de ensino.

Tabela 41: Recursos governamentais destinados as IFES, grandes blocos de despesa, excluindo-se os recursos próprios. (Valores em milhares de US\$)

Ano	Pessoal e Encargos	Outras despesas correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Total
2004	4.005	413	37	0,13	4.456
2005	4.291	513	69	0,47	4.873
2006	5.843	604	83	--	6.530

Fonte: Recursos das IFES: 2004-2006; Execução Orçamentária da União - <http://www.camara.gov.br>. Apud Amaral, 2008.

Na Tabela acima, ao se analisar os recursos federais destinados à manutenção e desenvolvimento das IFES, nota-se que há uma parcela muito reduzida destinada à rubrica de Investimentos que responde, dentre outros tópicos, pela compra de equipamentos, materiais imobiliários, material bibliográfico e obras físicas. O baixo investimento registrado indica uma estagnação futura dessas instituições. Por outro lado observa-se, nessa mesma tabela, que os aportes federais vêm crescendo em todos os aspectos.

Além do destinado diretamente no orçamento federal, as IFES podem obter recursos de fontes próprias, como consultorias, serviços, assessorias, cursos, investimentos financeiros, dentre outros. Esses valores podem ser observados na tabela a seguir.

Tabela 42: Quantificação de recursos próprios obtidos pelas IFES (Valores em milhares de US\$)

Ano	Recursos
2004	165
2005	197
2006	256

Fonte: Recursos das IFES: 2004-2006; Execução Orçamentária da União - <http://www.camara.gov.br>. Apud Amaral, 2008.

Nos últimos anos, o governo federal tem procurado atrelar o financiamento de suas instituições de ensino às metas estabelecidas, procurando com isso direcionar as ações dos dirigentes de ensino. A gratificação por estímulo à docência, por exemplo, associa bônus na remuneração dos docentes ao número de aulas ministradas, a participação em atividades de pesquisa, dentre outras determinações. O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (Reuni), instituído em 2007, também atrela o financiamento das instituições a metas a serem atingidas.

Tabela 43: Modalidade de destinação de recursos através do REUNI - previsão (valores em milhares de US\$ de 31/12/2008)

Ano	Investimento	Custeio e Pessoal	Total
2008	130.870	74.522	205.392
2009	242.906	241.441	484.347
2010	253.843	417.504	671.347
2011	258.122	618.617	876.739
2012	--	843.049	843.049

Fonte: MEC. Reuni - Diretrizes Gerais

As principais metas do Reuni apontam para um melhor rendimento das IFES, ampliando o acesso e a permanência do estudante (diminuição da evasão); articulando os ensinamentos de graduação, de pós-graduação e de outros níveis educacionais; e aproveitando dos recursos já existentes nas instituições (melhorar a relação professor/aluno, utilizar os prédios e laboratórios ociosos para abertura de novos cursos).

Pode-se dizer que a definição do orçamento destinado às IFES se dá através da combinação de vários elementos, como o orçamento realizado no ano anterior; fórmulas baseadas em rendimento das instituições e de seus profissionais; e contratos com metas a serem atingidas.

O financiamento público para o setor privado se dá basicamente através da cessão de bolsas de estudo de graduação do PROUNI. Os valores das bolsas são convertidos em isenções fiscais que as universidades ganham em alguns impostos. A idéia do programa nasceu justamente do não pagamento de impostos, em particular os relacionados à previdência social, por parte de muitas instituições privadas; o valor devido poderia ser convertido em bolsas de estudo. Outra forma indireta de financiamento é o abatimento do Imposto de Renda de despesas relacionadas à educação, nesse caso o beneficiado diretamente é o estudante e sua família, que obtém descontos nos impostos; e indiretamente os empresários da educação, que ampliam o número de possíveis pagantes.

O ensino de pós-graduação tem financiamento específico da CAPES, que concede apoio financeiro para os programas de pós-graduação e também bolsas de estudo para seus estudantes, seja em instituições públicas ou privadas. A concessão desse financiamento está vinculada ao desempenho nas avaliações realizadas periodicamente.

3. Sistema de acreditação ou garantia da qualidade

No Brasil não há um sistema de acreditação ou garantia da qualidade que aglutine as instituições da Educação Superior. Há um sistema de avaliação que, em articulação com outros mecanismos – dentre eles a legislação e o financiamento vinculado a determinados programas do governo federal –, cumpre essa função.

3.1. Evolução histórica dos processos de acreditação ou garantia da qualidade

Atualmente, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), vem cumprindo o papel de avaliação e regulação desse nível do ensino, com vistas a garantir a qualidade das instituições e cursos oferecidos. Retomam-se, aqui, as iniciativas que foram empreendidas desde início dos anos 1990, visando informar sobre a evolução desse mecanismo.

Em 1993, foi criado o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), que resultou do debate entre as instituições de ensino superior e as instâncias governamentais e tinha como foco a avaliação institucional.

O PAIUB orientou-se pelos seguintes princípios: globalidade; comparabilidade; respeito à identidade institucional; não punição ou premiação; adesão voluntária; legitimidade; e continuidade. Os procedimentos de avaliação do programa foram: avaliação interna ou auto-avaliação e avaliação externa (BRASIL, 1993) e, “embora tenha recebido ampla adesão das universidades brasileiras, seu ritmo foi afetado em sua implementação pela interrupção do apoio do MEC [...] transformando-se em um processo de avaliação meramente interno às instituições” (INEP, 2007, p. 23-24).

Em 1995, foi instituído o Exame Nacional de Cursos (ENC) ou *provão*, como ficou conhecido, com foco na avaliação de desempenho dos alunos concluintes dos cursos de graduação. Esse mecanismo de avaliação gerou críticas de toda a comunidade da Educação Superior, o que levou o governo, antes mesmo da aplicação do primeiro exame, a reformular a proposta, acrescentando ao exame, outras dimensões: a avaliação das instituições e de cursos por comissões externas e a auto-avaliação da instituição¹⁸.

No contexto de expansão da Educação Superior, como o que se deu entre finais dos anos 1990 e início dos 2000, com predomínio das instituições privadas, tem-se a avaliação como importante mecanismo de regulação.

Desde 2004, está em funcionamento o SINAES, coordenado e supervisionado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), diretamente ligada ao Gabinete do Ministro de Estado.

3.2. Caracterização do esquema nacional vigente de acreditação ou garantia da qualidade

O SINAES se constitui na avaliação das instituições, visando identificar seu perfil; dos cursos, visando identificar as condições de ensino oferecidas aos alunos; e do desempenho dos estudantes.

A avaliação das instituições tem como procedimento a auto-avaliação e a avaliação externa e considera as seguintes dimensões:

- I - a missão e o plano de desenvolvimento institucional;*
- II - a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;*
- III - a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;*

¹⁸ Decreto nº 2.026, de 10 de outubro de 1996.

IV - a comunicação com a sociedade;
V - as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
VI - organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
VII - infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
VIII - planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;
IX - políticas de atendimento aos estudantes;
X - sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior (Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, art. 3º).

Para a realização da auto-avaliação, as instituições criam comissões – Comissão Própria de Avaliação (CPA), que respondem pela organização interna dos processos orientados pelo INEP. A avaliação externa, realizada por equipe de especialistas capacitados pelo INEP.

Os cursos são avaliados por meio de diferentes instrumentos que têm como foco principal seu corpo docente, suas instalações físicas e sua organização didático-pedagógica. Essas avaliações são realizadas por Comissões Externas de Avaliação de Cursos, formadas por especialistas cadastrados e capacitados pelo INEP e consideram:

I - o perfil do corpo docente;
II - as condições das instalações físicas;
III - a organização didático-pedagógica;
IV - o desempenho dos estudantes da IES no ENADE;
V - os dados do questionário socioeconômico preenchido pelos estudantes, disponíveis no momento da avaliação;
VI - os dados atualizados do Censo da Educação Superior e do Cadastro Geral das Instituições e Cursos; e
VII - outros considerados pertinentes pela CONAES.
(PORTARIA Nº 2.051, DE 9 DE JULHO DE 2004)

A Avaliação do Desempenho dos Estudantes é realizada pelo INEP, sob a orientação da CONAES, e se dá pela aplicação do Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes - ENADE. Além da prova, os alunos preenchem um questionário sócio-econômico e os coordenadores de cursos, um questionário que visa reunir maiores informações sobre o perfil do curso.

O SINAES é, também, parte dos procedimentos de autorização, reconhecimento, credenciamento e credenciamento de instituições e cursos.

3.3. Propósitos dos processos de acreditação ou garantia da qualidade

Os processos de acreditação ou garantia da qualidade da Educação Superior, no Brasil, ancoram-se na articulação de duas dimensões:

- a) *a avaliação educativa propriamente dita, de natureza formativa, mais voltada à atribuição de juízos de valor e mérito em vista de aumentar a qualidade e as capacidades de emancipação e*
- b) *regulação, em suas funções de supervisão, fiscalização, decisões concretas de autorização, credenciamento, recredenciamento. Descredenciamento, transformação institucional etc., ... funções próprias do Estado (INEP, 2007, p. 89).*

Os objetivos do SINAES são:

a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (Lei 10.861, de 14 de abril de 2004).

3.4. Normativa, funções, procedimentos e práticas das instâncias responsáveis pela acreditação ou garantia da qualidade

São instâncias responsáveis pela acreditação ou pela garantia da qualidade em âmbito nacional: a Secretaria de Educação Superior para todas as instituições e cursos; a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; para instituições e cursos de Educação Tecnológica; e da Secretaria de Educação a Distância para instituições e cursos, “no que se refere às tecnologias e processos próprios da educação a distância” (Decreto Nº 5.773, de 9 de maio de 2006).

O CONAES tem como incumbências:

- I - propor e avaliar as dinâmicas, procedimentos e mecanismos da avaliação institucional, de cursos e de desempenho dos estudantes, e seus respectivos prazos;*
- II - estabelecer diretrizes para organização e designação de comissões de avaliação, analisar relatórios, elaborar pareceres e encaminhar recomendações às instâncias competentes;*
- III - formular propostas para o desenvolvimento das instituições de educação superior, com base nas análises e recomendações produzidas nos processos de avaliação;*
- IV - promover a articulação do SINAES com os Sistemas Estaduais de Ensino, visando estabelecer, juntamente com os órgãos de regulação do MEC, ações e critérios comuns de avaliação e supervisão da Educação Superior;*

V - submeter anualmente à aprovação do Ministro de Estado da Educação a relação dos cursos a cujos estudantes será aplicado o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE);

VI - elaborar o seu regimento, a ser aprovado em ato do Ministro de Estado da Educação;

VII - realizar reuniões ordinárias mensais;

VIII - realizar reuniões extraordinárias, sempre que convocadas pelo Ministro de Estado da Educação. (PORTARIA Nº 2.051, DE 9 DE JULHO DE 2004).

O Conselho Nacional de Educação delibera sobre as autorizações, credenciamentos e recredenciamentos. (Decreto Nº 5.773, de 9 de maio de 2006).

O INEP realiza toda a operacionalização do SINAES:

I - realizar visitas para avaliação in loco nos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação e seqüenciais;

II - realizar as diligências necessárias à verificação das condições de funcionamento de instituições e cursos, como subsídio para o parecer da Secretaria competente, quando solicitado;

III - realizar a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes;

IV - elaborar os instrumentos de avaliação conforme as diretrizes da CONAES;

V - elaborar os instrumentos de avaliação para credenciamento de instituições e autorização de cursos, conforme as diretrizes do CNE e das Secretarias, conforme o caso; e

VI - constituir e manter banco público de avaliadores especializados, conforme diretrizes da CONAES. (Decreto Nº 5.773, de 9 de maio de 2006).

Para melhor compreensão do relacionamento entre instâncias e instituições, informa-se que:

O INEP é uma autarquia¹⁹ vinculada ao MEC,

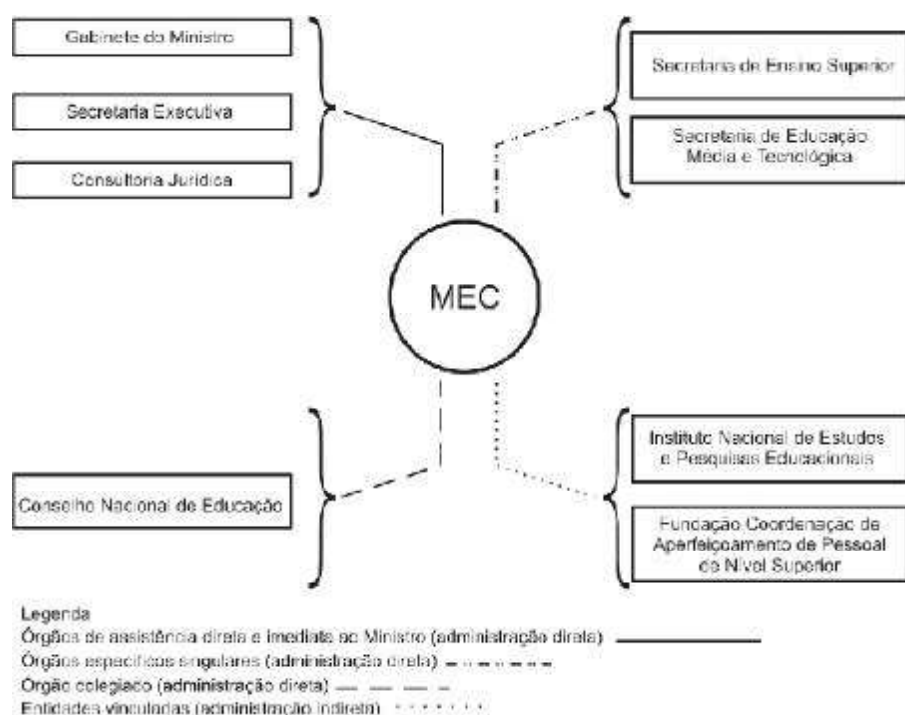
cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral. (In: www.inep.gov.br)

¹⁹ “Palavra derivada do grego autos-arkhé, com a significação de autonomia, independência, foi trazido para linguagem jurídica, notadamente do [Direito Administrativo](#), para designar toda organização que se gera pela vontade do Estado, mas a que se dá certa autonomia ou independência, organização esta que recebeu mais propriamente a denominação de autarquia administrativa”. IN: SILVA, P. Vocabulário Jurídico. 15 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999, pág. 100.

A CONAES é um colegiado de coordenação e supervisão do SINAES, composto por: um representante do INEP; um representante da CAPES; três representantes do MEC; um representante do corpo discente das Instituições de Ensino Superior; um representante do corpo docente das Instituições de Ensino Superior; um representante do corpo técnico-administrativo das Instituições de Ensino Superior; e cinco cidadãos com notório saber científico, filosófico e artístico e reconhecida competência em avaliação ou gestão da Educação Superior.

Todos os membros da CONAES são designados pelo Ministro de Estado da Educação e a comissão é vinculada diretamente ao seu Gabinete.

O diagrama a seguir registra as relações entre as instâncias e instituições que realizam a avaliação da Educação Superior no Brasil.



Para realizar os procedimentos de avaliação, que podem ser partes dos processos de credenciamento e reconhecimento de instituições e de autorização e reconhecimento de cursos, o INEP organiza, além dos instrumentos de coleta de informações, dentre eles o Censo da Educação Superior, a formação das equipes avaliadoras e a metodologia de coleta e sistematização das informações. Os procedimentos de avaliação seguem as orientações:

1. Avaliação institucional externa: leitura do PDI; análise do relatório de auto-avaliação da IES; Pontuação: observar, para cada indicador, o critério

referencial mínimo de qualidade²⁰; cotejar criteriosamente, para cada indicador, o respectivo referencial mínimo de qualidade com as informações documentais e com as condições apresentadas in loco pela IES; atribuir conceitos de 1 a 5, em ordem crescente de excelência, a cada uma das dez dimensões avaliativas; a atribuição de conceitos: 1 muito aquém; 2 aquém ; 3 similar; 4 além; 5 muito além. (Extraído do Instrumento de Avaliação Institucional Externa, INEP, 2008).

2. Auto-avaliação: o INEP disponibiliza em seu *site* um roteiro para que as instituições realizem suas auto-avaliações. O roteiro prevê o relato das ações planejadas; das ações realizadas; dos resultados alcançados, destacando as fragilidades e as potencialidades; e de como são incorporados estes resultados no planejamento da gestão acadêmico-administrativa.

3. Avaliação de cursos: fontes - Projeto Pedagógico de Curso; Projeto Pedagógico Institucional; e Plano de Desenvolvimento Institucional. Dimensões avaliadas: organização didático-pedagógica (coordenação, colegiado de curso, Projeto Pedagógico do Curso – concepção, currículo e avaliação); atividades acadêmicas articuladas à formação; corpo docente (perfil, atuação nas atividades acadêmicas); corpo discente (atenção aos discentes e egressos) e corpo técnico-administrativo (atuação no âmbito do curso).

4. ENADE: exame em larga escala composto por questões referentes à formação geral e específica, elaborada com o objetivo de aferir as habilidades acadêmicas e as competências profissionais desenvolvidas pelos seus estudantes ingressantes e concluintes das Instituições de Educação Superior (IES), bem como colher informações relativas às características sócio-econômicas a respeito dos estudantes selecionados através de procedimentos de amostragem²¹.

Sobre o tratamento dos dados:

1. Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) – Para o cálculo do IDD considera-se o desempenho médio obtido no ENADE pelos concluintes de cada curso e o desempenho médio que seria esperado ao final do curso para o perfil de ingressantes daquela instituição caso eles tivessem frequentado um curso de qualidade correspondente à média dos cursos que participaram do ENADE na mesma área e possuam ingressantes com perfil similar²². Seu cálculo se dá na pontuação de adequação dos seguintes itens: infraestrutura, planos de ensino, percentual de professores doutores e seus respectivos regimes de trabalho.
2. Índice Geral de Cursos (IGC) – no que tange à graduação, o índice é composto pela nota contínua (0-5) obtida pelos alunos no ENADE; pela

²⁰ É o conceito de referência para a condição mínima aceitável de um determinado indicador. Para análise dos indicadores, quando os critérios forem numéricos, sugere-se considerar como “muito além” do referencial mínimo de qualidade o percentual aproximadamente 50% maior que os valores citados no texto do critério. Considerar como “além” do referencial mínimo de qualidade o percentual aproximadamente 25% maior que os valores citados no referido texto. Importante: estes percentuais são apenas balizadores para a Comissão de Avaliação, que poderá considerar outros percentuais mais adequados a cada caso.

²¹ In: http://enade.inep.gov.br/enadeResultado/pdfs/idd_notatecnica_enade2007.pdf

²² Idem.

nota contínua (0-5) obtida pelos alunos no IDD; e pela nota contínua (0-5) de Insumos no IDD.

Tem-se, por fim, uma nota que pode conduzir a instituição a mudanças em sua organização acadêmica, seja pela abertura, autorização ou reconhecimento de novos cursos, seja pelo credenciamento ou credenciamento em outra forma organizativa, passando de faculdade isolada, para integrada, ou de integrada para universidade ou centro universitário.

O SINAES, no conjunto de seus mecanismos e instrumentos, avalia as instituições de ensino superior, todos os cursos/carreiras de graduação (ensino presencial e à distância) e o desempenho acadêmico de seus estudantes de todo o país. A adesão ao SINAES, pelas Instituições de Ensino Superior é obrigatória. No entanto, algumas universidades públicas não participam dessa avaliação.

Não estão previstos incentivos à participação das instituições no SINAES, uma vez que seus procedimentos são obrigatórios. Verifica-se, porém, restrições às instituições que se recusam a aderir, como por exemplo, a participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid)²³; e no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies)²⁴.

Enquanto que para as instituições não se aplicam incentivos, para os alunos avaliados pelo SINAES por meio do ENADE, prevê-se:

Aos estudantes de melhor desempenho no ENADE o Ministério da Educação concederá estímulo, na forma de bolsa de estudos, ou auxílio específico, ou ainda alguma outra forma de distinção com objetivo similar, destinado a favorecer a excelência e a continuidade dos estudos, em nível de graduação ou de pós-graduação, conforme estabelecido em regulamento. (Art. 5º, § 10º, Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004).

Sabe-se que instituições de ensino superior privadas também oferecem estímulos financeiros aos alunos com melhores desempenhos.

Ainda, ressalta-se que o ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação no Brasil e seus resultados constam no histórico escolar do aluno. A responsabilidade pela inscrição dos alunos no ENADE é das instituições. Todos os cursos de graduação são avaliados. Em 2006 o INEP concluiu a primeira rodada de avaliação abrangendo todos os cursos.

O ENADE, a partir de 2009, realiza-se censitariamente. Até então, os alunos dos cursos avaliados ano-a-ano eram selecionados por método estatístico de amostragem.

²³ O PIBID é o programa que oferece bolsas de iniciação à docência aos alunos de cursos presenciais que realizem estágios em escolas públicas e que, após sua graduação, dediquem-se à docência na rede pública de ensino.

²⁴ O FIES é um programa destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes que não têm condições de arcar integralmente com os custos de sua formação.

Segundo o INEP, “a edição 2008, última amostral, custou US\$ 10,7 milhões. Se tivesse sido universal, teria custado US\$ 14,5 milhões. Nessa edição foram avaliados 24.842 cursos de 2.367 instituições”²⁵.

O exame se dá para alunos ingressantes e concluintes por meio de prova única, cujo objetivo é permitir a análise do valor agregado em relação às competências e habilidades, aos conhecimentos gerais e conteúdos profissionais específicos durante a formação.

Os resultados finais do SINAES, como anteriormente descrito, são computados num único indicador, o IGC. As conseqüências para resultados insatisfatórios estão previstas na legislação do sistema:

Art. 10. Os resultados considerados insatisfatórios ensejarão a celebração de protocolo de compromisso, a ser firmado entre a instituição de educação superior e o Ministério da Educação, que deverá conter:

I - o diagnóstico objetivo das condições da instituição;

II - os encaminhamentos, processos e ações a serem adotados pela instituição de educação superior com vistas na superação das dificuldades detectadas;

III - a indicação de prazos e metas para o cumprimento de ações, expressamente definidas, e a caracterização das respectivas responsabilidades dos dirigentes;

IV - a criação, por parte da instituição de educação superior, de comissão de acompanhamento do protocolo de compromisso.

§ 1º O protocolo a que se refere o caput deste artigo será público e estará disponível a todos os interessados.

§ 2º O descumprimento do protocolo de compromisso, no todo ou em parte, poderá ensejar a aplicação das seguintes penalidades:

I - suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação;

3.5. Vinculação com mecanismos internacionais de acreditação ou garantia da qualidade

O Brasil participa, com outros 17 países, da Rede Ibero-Americana para Acreditação da Qualidade da Educação Superior (Riaces).

Ainda, participa do Setor Educacional do Mercosul (SEM) que, no caso da Educação Superior vem buscando organizar o debate regional das questões desse nível do ensino, em três blocos temáticos:

Reconhecimento – criação de sistema de reconhecimento de carreiras visando a mobilidade na Região. Espera-se com isso, estimular os processos de avaliação para elevar a qualidade educativa e favorecer a comparação entre os processos de formação para a qualidade acadêmica; mobilidade – desenvolvimento de programas de mobilidade, envolvendo ações de gestão acadêmica e institucional, a mobilidade

²⁵ IN: http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/edusuperior/enade/news08_20.htm. Notícia publicada em 20/11/2008. Valores convertidos em US\$ de 31/12/2008.

estudantil, sistema de transferência de créditos e intercâmbio entre docentes e pesquisadores. Uma primeira etapa está em desenvolvimento com a recuperação de programas existentes na região, com vistas a fortalecê-los e promover a criação de novos âmbitos de cooperação, expandindo a relação entre universidades e associações de ensino.

Cooperação inter-institucional – ênfase nas ações conjuntas de desenvolvimento de programas colaborativos de graduação e pós-graduação, em programas de pesquisas conjuntas, na criação de redes de excelência e no trabalho conjunto com os outros níveis educacionais, em matéria de formação docente²⁶

As iniciativas de organização de um sistema nacional de acreditação estão em movimento, no Brasil.

4. Análises

Destaca-se, inicialmente, o aumento significativo das instituições de Educação Superior no Brasil, nos últimos anos, concentrado no setor privado, com diferentes níveis de exigência para seu funcionamento e podendo oferecer diferentes modalidades de cursos. Essa expansão vem sendo regulada por meio de um sistema de avaliação que se pauta, sobretudo, por análises quantitativas, sejam aquelas possibilitadas pelas informações prestadas pelas instituições, sejam aquelas possibilitadas pela avaliação de desempenho dos alunos.

É inegável o esforço do governo central brasileiro para a ampliação do atendimento e para a garantia da qualidade no Ensino Superior. No âmbito interno, visando criar condições de ampliação do atendimento na Educação Superior, com os Programas FIES, PROUNI e REUNI²⁷; para a melhoria das condições de oferta, com o Convênio MEC/BNDES²⁸, com o Programa de Educação Tutorial (PET)²⁹, com o Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência)³⁰; além do próprio SINAES, a partir das normas, da avaliação e da regulação. No âmbito externo, por adequar as instituições brasileiras a padrões internacionais, por meio de acordos de cooperação, como os já mencionados.

Diante do quadro nacional, de imensas desigualdades econômicas e sociais e, em decorrência disso, do desempenho pouco produtivo do sistema educacional brasileiro, há que reconhecer as limitações do modelo vigente.

No Brasil, a avaliação que regula a qualidade dos cursos tem como síntese a produção de notas que atribuem valor ao trabalho realizado pelas IES, a partir de parâmetros externos. Esse procedimento estimula a competição entre as

²⁶ In: http://www.sic.inep.gov.br/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=19&Itemid=37

²⁷ Apoio às universidades federais para a expansão de vagas, redução da evasão e do custo-aluno.

²⁸ Concessão de financiamento a instituições de educação superior que apresentem bom desempenho acadêmico.

²⁹ Apoio financeiro a estudantes e professores para a realização de atividades extracurriculares que integram ensino, pesquisa e extensão.

³⁰ Financiamento a projetos voltados à formação e ao exercício profissional de futuros docentes.

instituições por acesso a programas e financiamentos e, inclusive, na busca por alunos-clientes.

Pesquisas sobre o comportamento das instituições diante dos padrões estabelecidos e dos procedimentos avaliativos empreendidos merecem ser consultadas, pois podem trazer importantes informações sobre a validade da avaliação para as instituições e sobre os impactos em sua gestão e currículo, sobretudo, visando identificar se as políticas de flexibilização e diversificação estão, de fato, possibilitando a democratização do acesso, da permanência e do sucesso dos alunos da Educação Superior ou se, ao contrário, têm reforçado as desigualdades.

Nas palavras de importante pesquisadora brasileira:

A tendência que se observa é a de que para os jovens oriundos das famílias de alta renda, a diversificação dos padrões de qualidade da educação superior lhes permite diferenciar-se dos egressos da formação superior de massa, na medida em que a origem de classe lhes assegura acesso às instituições consideradas de excelência dentro e fora das fronteiras nacionais. Nestes casos, mesmo quando a educação é prosseguida dentro do próprio país, o grau de internacionalização dos cursos e da pesquisa apresentado pelas instituições consideradas de excelência não só confere caráter mais cosmopolita à formação de seus egressos, como também lhes assegura maiores chances de inserir-se em um mercado de trabalho internacionalizado, altamente seletivo, voltado para as áreas técnicas, científicas e de gestão econômica. Para os demais, restará contentar-se com os cursos ofertados em âmbito nacional, por universidades privadas de qualidade discutível, o que lhes encaminhará para os postos de trabalho menos qualificados e prestigiados na hierarquia funcional das empresas (Bruno, 2006, p.107).

Além dos aspectos mais ligados à função social da Educação Superior, as investigações precisam, também, responder sobre os impactos das avaliações e do estabelecimento de padrões para o enfrentamento de problemas que são internos aos sistemas educacionais, não só no Brasil, como aqueles sintetizados por outro pesquisador brasileiro:

baixa relação aluno/professor nas universidades públicas; subutilização das instalações físicas e das habilidades dos docentes; duplicação desnecessária de programas e carreiras; altas taxas de evasão; altas taxas de repetência; excessiva soma de recursos destinada à residência estudantil, restaurantes, bolsas, subsídios etc; objetivos que não concordam com as expectativas da sociedade; formação de profissionais nem sempre requeridos pelo mercado de trabalho; desenvolvimento de ações restritas a uma só parte da população; orientação basicamente intelectualizada e superespecializada; ênfase no acadêmico e não na redução do isolamento com relação à sociedade e à vida; atuação que legitima a estratificação social existente; ação burocrática, autoritária e repressiva; passividade do estudante e ação unidirecional por parte dos professores, que centram o ensino na informação, na memorização, no conformismo e na homogeneidade, e não na crítica, na inovação e na

criatividade; uso de tecnologia muito atrasada em comparação com a indústria; custos financeiros elevados e crescentes; ações escassas para desenvolver a consciência social e o espírito de solidariedade humana (Amaral, 2008, p.648)

Como registrado anteriormente, não há, no Brasil, um sistema de acreditação do Ensino Superior, mas de avaliação, que se articula com vários programas de estímulo e apoio à melhoria da oferta e da qualidade do ensino superior. Também não há, ainda, estudos que identifiquem os impactos do sistema de avaliação nas instituições. É possível supor que as exigências da avaliação têm produzido ampliação de acervos bibliográficos e melhoria de instalações, como laboratórios, auditórios e studios. Sabe-se, por exemplo, que a competição por alunos tem levado a uma imensa variedade de respostas do mercado de instituições privadas. Algumas restringem sua atuação ao ensino e fixam o número de docentes mais graduados no mínimo exigido; outras, vêm desenvolvendo estruturas de pesquisa e extensão que pretendem se equivaler às encontradas nas universidades públicas.

Tendo em conta a amplitude e diversidade do sistema de Educação Superior no Brasil, para efeitos de continuidade da investigação que tem início com este Informe, no âmbito do *Proyecto Alfa Aseguramiento de la Calidad: políticas públicas y gestión universitaria*, recomenda-se um olhar mais apurado sobre as instituições brasileiras de ensino superior. Para apreender essa diversidade sugere-se que as instituições investigadas pertençam aos diferentes modos de organização acadêmica presentes no país – universidade; centro universitário; centro tecnológico; faculdades integradas; faculdade isolada, em ambas as esferas administrativas: pública e privada.

Outros critérios eventualmente poderiam ser acrescidos, como:

1. Tempo de existência da instituição e sua trajetória – faculdades isoladas inicialmente, que se transformaram em universidades ou centros universitários.
2. Contribuição científica – avaliação realizada pela CAPES, sobre as produções da pós-graduação.
3. Incorporação, no caso das instituições privadas, por grupos internacionais.
4. Localização, no caso das instituições públicas, nas regiões mais ou menos importantes para a economia nacional.

Referências Bibliográficas

- AMARAL, N.C. Autonomia e Financiamento das IFES. Avaliação. Campinas/SP, v. 13, n. 3, p. 647-680, nov. 2008.
- BRASIL. Constituição Federal de outubro de 1988.
- BRASIL. Decreto 5.773, de 09 de maio de 2006..
- BRASIL. Decreto 2.026, de 10 de outubro de 1996
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO. Secretaria do Ensino Superior. Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB. Brasília, 1993.
- BRASIL. LEI 11.274 de 06 de fevereiro de 2006.
- BRASIL. LEI 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996
- BRASIL. LEI 11.096, de 13 de janeiro de 2005.
- BRASIL. LEI 10.861, de 14 de abril de 2004.
- BRASIL. Portaria 2.051, de 09 de julho de 2004.
- BRUNO, L. Educación y Poder. In: Feldfeber, M. Et Andrade Oliveira, D. Políticas educativas y trabajo docente. Nuevas regulaciones? nuevos sujetos? Buenos Aires/San Angel-México. 2006, p.91-109.
- CAPES – Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior. IN: www.capes.gov.br. Acesso em junho de 2008.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Contagem da População 2007. In: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem.pdf>. Acesso em junho de 2009.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Banco Multidimensional de Estatísticas. In: <http://www.bme.ibge.gov.br/app/adhoc/index.jsp> Acesso em junho de 2009.
- INEP/MEC - SINAES – da concepção à regulamentação. Brasília, 2007
- INEP/MEC. Censo da Educação Superior, 2004-2007.
- INEP/MEC. Instrumento de avaliação institucional externa, 2008, in: [http://www.inep.gov.br/download/superior/2008/Instrumento de avaliacao externa.pdf](http://www.inep.gov.br/download/superior/2008/Instrumento_de_avaliacao_externa.pdf) . Acesso em junho de 2008.
- INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Universidades Brasileiras – Utilização do Sistema de Patentes de 2000 a 2004. In: <http://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/informacao/pdf-dos-estudos/Universidades%20Brasileiras%20-%20Utilizacao%20do%20Sistema%20de%20Patentes%20de%202000%20a%202004.pdf> . Acesso em Julho de 2009.
- PNUD. Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008. Edições Almedina. Coimbra, Portugal, 2008.

ⁱ Valéria Virgínia Lopes é doutora em Educação, pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e consultora da Câmara de Avaliação da Pró-Reitoria de Graduação da USP.

ⁱⁱ João Galvão Bacchetto é mestre em Educação, pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e pesquisador do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.